

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA
PRÁTICAS SOCIAIS, ORGANIZAÇÕES E CULTURA

Julia Regina Arantes

VIVÊNCIAS DE MÃES-INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES
AFIRMATIVAS

Santa Cruz do Sul

Julia Regina Arantes

**VIVÊNCIAS DE MÃES-INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES
AFIRMATIVAS**

Trabalho Final apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Psicologia, Área de Concentração em Saúde Mental e Práticas Sociais, Linha de Pesquisa em Práticas Sociais, Organizações e Cultura da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), como requisito parcial para o título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Professora Dra. Ana Luísa Teixeira de Menezes

Coorientadora: Professora Dra. Letícia Lorenzoni Lasta

Santa Cruz do Sul
2026

CIP - Catalogação na Publicação

Arantes, Julia Regina

VIVÊNCIAS DE MÃES-INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES
AFIRMATIVAS / Julia Regina Arantes. – 2026.
108f.

Trabalho Final de Curso (Mestrado Profissional em Psicologia)
– Universidade de Santa Cruz do Sul, 2026.

Orientação: Prof. Dr. Ana Luísa Teixeira de Menezes .
Coorientação: Prof. Dr. Leticia Lorenzoni Lasta.

1. Mães-indígenas. 2. Universidade pública. 3. Inclusão. 4.
Políticas de ações afirmativas.?. I. de Menezes , Ana Luísa
Teixeira . II. Lasta, Leticia Lorenzoni . III. Título.

**VIVÊNCIAS DE MÃES-INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES
AFIRMATIVAS**

Trabalho Final apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Psicologia, Área de Concentração em Saúde Mental e Práticas Sociais, Linha de Pesquisa em Práticas Sociais, Organizações e Cultura da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), como requisito parcial para o título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em 18 de fevereiro de 2026.

Dra. Ana Luisa Teixeira de Menezes – Professora Orientadora
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Dra. Letícia Lorenzoni Lasta – Professora Coorientadora
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Dr. Bruno Ferreira Kaingang - Professor Examinador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dr. Eduardo Steindorf Saraiva - Professor Examinador
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Santa Cruz do Sul
2026

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa não apenas o encerramento de uma etapa acadêmica, mas também uma trajetória marcada por aprendizados, encontros e apoios fundamentais. Agradeço à Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), instituição da qual tive o orgulho de fazer parte como mestranda, pelo suporte oferecido durante toda a minha caminhada acadêmica.

Minha gratidão vai à minha orientadora, professora, Ana Luiza Teixeira e à minha coorientadora, Letícia Lorenzoni Lasta, por toda a paciência, dedicação e competência com que me acompanharam ao longo do processo de pesquisa e escrita. A contribuição de ambas foi essencial para que este trabalho se tornasse realidade. Destaco também a importante colaboração da professora Fátima Rosane Silveira Souza, cuja participação foi valiosa. Agradeço, ainda, à banca de qualificação - professora Maria Aparecida Bergamaschi e o professor Eduardo Steindorf Saraiva - pelas sugestões enriquecedoras que muito contribuíram para aprimorar esta pesquisa.

Sou grata à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, especialmente, às mães-indígenas, cuja participação foi fundamental para a viabilização desta pesquisa. A todas as pessoas que contribuíram para a produção dos dados e para a intervenção realizada, meu sincero agradecimento. Suas experiências e vozes foram essenciais para a construção do conhecimento aqui apresentado e para o fortalecimento de um diálogo plural, sensível e comprometido com a realidade.

À minha família, minha base e meu alicerce, deixo um agradecimento especial. Ao meu esposo e aos meus filhos, pelo amor, paciência, apoio incondicional e incentivo constante aos meus estudos. À minha sogra, que generosamente apoiou meu esposo nos cuidados com nossos filhos em momentos cruciais - como os dias de aula e as idas à UNISC -, sou profundamente grata.

Registro, com carinho, minha gratidão à amiga-irmã Paula Sanhudo da Silva, que me incentivou desde o início a ingressar no mestrado e nunca desistir. Sua presença foi essencial em minha caminhada; foi minha base, minha rede de apoio e grande colaboradora neste trabalho.

Por fim, reconheço a importância da minha vivência como servidora na UFSC, espaço que me proporcionou, ao longo dos anos, um diálogo respeitoso e construtivo

com a população envolvida nesta pesquisa. Agradeço, de forma especial, ao Pró-Reitor Pedro Luiz Manique, que, à época, viabilizou esse contato e essa experiência tão significativa.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte desta jornada!

“Aprender sobre o outro é também redescobrir a si mesmo. Na escuta das vozes silenciadas, encontrei caminhos para ampliar meu olhar, meu afeto e meu compromisso com a diversidade.”

Julia Arantes (2025)

RESUMO

A inserção de mulheres indígenas no ensino superior representa uma conquista social relevante, mas ainda marcada por desafios ligados à colonialidade de gênero e aos atravessamentos interculturais. Esta pesquisa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), insere-se na Área de Concentração em Saúde Mental e Práticas Sociais e na Linha de Pesquisa em Práticas Sociais, Organizações e Cultura, ao articular dimensões subjetivas, sociais e institucionais do cuidado no contexto acadêmico. O estudo teve como objetivo compreender as vivências acadêmicas, culturais e familiares de mães-indígenas regularmente matriculadas em cursos de graduação ou pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), enfatizando como as práticas de maternagem, a interculturalidade e a saúde mental se entrecruzam na experiência universitária. Adotou-se uma abordagem qualitativa, com inspiração etnográfica e colaborativa, fundamentada em princípios freirianos de diálogo e horizontalidade, que possibilitou uma escuta sensível e aprofundada das experiências dessas mulheres. Participaram do estudo duas mães-indígenas (Parintintim e Xokleng), que aceitaram, com base na disponibilidade e vínculo ativo com a universidade, fazer parte deste estudo. A produção de dados ocorreu por meio do diário de campo elaborado ao longo do processo investigativo, da observação direta nos espaços de convivência e estudo e da realização de Círculos de Cultura, que favoreceram o compartilhamento de saberes, o fortalecimento de redes de apoio e a construção coletiva de significados. A análise dos dados, realizada a partir da identificação de unidades de significado nas transcrições dos Círculos de Cultura e conduzida por meio de uma abordagem qualitativa interpretativa, revelou não apenas os obstáculos enfrentados no contexto universitário - como preconceito, sobrecarga de responsabilidades e invisibilização cultural -, mas também estratégias de resistência, solidariedade e cuidado compartilhado presentes nas narrativas das estudantes-mães-indígenas. O estudo evidenciou a importância da maternagem colaborativa, do reconhecimento das especificidades culturais e da formulação de políticas institucionais de permanência que contemplem a presença das crianças nos espaços acadêmicos. A produção técnica resultante da pesquisa consistiu na criação de um material didático em formato audiovisual, intitulado “Entre redes e resistências: vozes de mães-indígenas na universidade. Assim, o produto técnico materializa o compromisso do mestrado profissional com a transformação social e com a aplicabilidade prática do conhecimento produzido, ao articular pesquisa, desenvolvimento de dispositivos de intervenção e análise das práticas sociais e institucionais presentes nas organizações e comunidades nos diferentes contextos culturais. Conclui-se que o acesso à universidade, por si só, não garante a permanência: é necessário ampliar a escuta ativa e ações concretas para transformar o ambiente acadêmico em um espaço de afeto, resistência e pertencimento. A pesquisa contribuiu para o fortalecimento do conhecimento intercultural, articulando psicologia, educação e saúde mental, e apontou caminhos para impactos intergeracionais positivos, ao promover a valorização das culturas indígenas e de seus modos próprios de viver, cuidar e aprender.

Palavras-chave: Mães-indígenas. Universidade pública. Inclusão. Políticas de ações afirmativas.

ABSTRACT

The inclusion of Indigenous women in higher education represents a significant social achievement, but one still marked by challenges related to gender coloniality and intercultural intersections. This research, linked to the Professional Master's Program in Psychology at the University of Santa Cruz do Sul (UNISC), falls within the Area of Concentration in Mental Health and Social Practices and the Research Line in Social Practices, Organizations and Culture, articulating subjective, social, and institutional dimensions of care in the academic context. The study aimed to understand the academic, cultural, and family experiences of Indigenous mothers regularly enrolled in undergraduate or graduate courses at the Federal University of Santa Catarina (UFSC), emphasizing how mothering practices, interculturality, and mental health intersect in the university experience. A qualitative approach was adopted, with ethnographic and collaborative inspiration, grounded in Freirean principles of dialogue and horizontality, which allowed for a sensitive and in-depth listening to the experiences of these women. Two Indigenous mothers (Parintintim and Xokleng) participated in the study, agreeing to participate based on their availability and active connection with the university. Data collection occurred through field notes compiled throughout the investigative process, direct observation in living and study spaces, and the holding of Culture Circles, which fostered the sharing of knowledge, the strengthening of support networks, and the collective construction of meaning. The data analysis, conducted through the identification of units of meaning in the transcripts of the Culture Circles and using an interpretive qualitative approach, revealed not only the obstacles faced in the university context - such as prejudice, an overload of responsibilities, and cultural invisibility - but also strategies of resistance, solidarity, and shared care present in the narratives of the Indigenous student-mothers. The study highlighted the importance of collaborative mothering, the recognition of cultural specificities, and the formulation of institutional policies for retention that include the presence of children in academic spaces. The technical output resulting from the research consisted of the creation of didactic material in audiovisual format, entitled "Between networks and resistances: voices of indigenous mothers at the university". Thus, the technical product materializes the professional master's program's commitment to social transformation and the practical applicability of the knowledge produced, by articulating research, the development of intervention tools, and the analysis of social and institutional practices present in organizations and communities in different cultural contexts. It concludes that access to university, in itself, does not guarantee permanence: it is necessary to broaden active listening and concrete actions to transform the academic environment into a space of affection, resistance, and belonging. The research contributed to the strengthening of intercultural knowledge, articulating psychology, education, and mental health, and pointed to paths for positive intergenerational impacts, by promoting the appreciation of indigenous cultures and their own ways of living, caring, and learning.

Keywords: Indigenous mothers. Public university. Inclusion. Affirmative action policies.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CoAd	Coordenadoria Administrativa
COEMA	Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais
CUn	Conselho Universitário
DAE	Departamento de Administração Escolar
DeAE	Departamento de Assuntos Estudantis
DGME	Departamento de Gestão da Moradia Estudantil
DPE	Departamento de Permanência Estudantil
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LabProj	Laboratório de Projetos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NDI	Núcleo de Desenvolvimento Infantil
PAIQ	Programa de Assistência Estudantil para Estudantes Indígenas e Quilombolas
PFAA	Programa Federal de Ações Afirmativas
PNEEI	Política Nacional de Educação Escolar Indígena
PRAE	Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RU	Restaurante Universitário
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Uma servidora e suas implicações com a escolha do tema a ser pesquisado	12
1.2 História do campo de pesquisa	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 Maternidade indígena: cultura e direitos	24
2.2 Acolhimento institucional, maloca e alojamento	28
3 DESCRIÇÃO DA PESQUISA	33
4 PERCURSO METODOLÓGICO	36
4.1 Caracterização do tipo de pesquisa e abordagem	36
4.2 Instrumentos e procedimentos.....	37
4.3 Campo de investigação e participantes da pesquisa	39
4.4 Estratégias para produção de dados.....	41
4.5 Estratégias para análise dos dados.....	44
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	47
5.1 Identificação da população indígena universitária	47
5.2 A maternidade e a maternagem indígena como forma de existência e resistência	48
5.3 Redes de apoio e os modos de cuidado intercultural	52
5.4 Ações afirmativas e o desafio da permanência.....	54
5.5 O acolhimento individual à interculturalidade institucional	57
5.6 Acolhimento institucional: além da burocracia.....	59
5.7 Permanência, racismo institucional e o choque de epistemologias.....	61
5.8 Propostas de transformação: um lugar para nossos filhos.....	64
6 PRODUTO TÉCNICO	68
6.1 Contextualização da produção técnica	68

6.2 Construção do produto técnico.....	69
6.3 Produto técnico: material didático audiovisual	70
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	76
ANEXOS	84
ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP (UNISC).....	85
ANEXO B – Atestado de horas de Intervenção.....	89

1 INTRODUÇÃO

1.1 Uma servidora e suas implicações com a escolha do tema a ser pesquisado

Há sete anos, sou servidora pública na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atualmente lotada no Departamento de Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis (DeAE/PRAE). Minha trajetória iniciou no setor financeiro da PRAE, mas um momento decisivo ocorreu quando fui transferida para a Coordenadoria Administrativa (CoAd/PRAE), com o apoio do Pró-Reitor, Professor Pedro Luiz Manique. Ele foi um gestor admirável, sempre demonstrando grande empatia e um profundo compromisso em apoiar a comunidade acadêmica.

Na CoAd, fui responsável pela gestão de processos administrativos, abrangendo desde a protocolização de solicitação até a elaboração de documentos formais. Um dos aspectos que mais me marcou foi o atendimento às necessidades da comunidade indígena, com destaque para a manutenção da maloca e a aquisição de itens essenciais por meio de processo licitatório para o dia a dia dos estudantes, como fogões, computadores, máquinas de lavar, micro-ondas e até mesmo serviços de manutenção, como reparos em pias, chuveiros e outros. Essas ações impactaram diretamente a permanência dos estudantes, e a cada necessidade atendida, minha relação com essa população se fortaleceu, permitindo-me construir, aos poucos, um vínculo com os indígenas da instituição. Com o tempo, conquistei a confiança deles, especialmente durante os atendimentos realizados. O vínculo foi crescendo com mais afeto e diálogo. Percebi que as redes de apoio deles estão fortemente vinculadas à comunidade, o que exige uma abordagem mais acolhedora.

Sempre senti uma empatia profunda pelos estudantes indígenas. Ao longo dos anos, percebi que apoiar essa comunidade contribui à sua permanência na universidade, mas também enriquece o ambiente acadêmico com a diversidade e os saberes originários. A presença dos estudantes indígenas transforma a universidade em um espaço mais plural, vibrante e humano, ampliando as perspectivas de todos.

Essa convivência me fez compreender que uma universidade inclusiva, que valorize e integre as culturas e experiências indígenas, fortalece a comunidade acadêmica como um todo e contribui para um futuro mais justo e igualitário. Sinto que, ao apoiar o outro, também sou transformada por essa jornada, que me ensinou a importância da troca, do acolhimento e da empatia.

Desde 2018, a trajetória como servidora pública na universidade federal foi marcada pelo atendimento aos estudantes indígenas, o que despertou um interesse profundo pela interculturalidade e pelas diferentes culturas presentes na universidade. Esse interesse foi o motor para a escrita dessa pesquisa, objetivando compreendê-las dentro das possibilidades que elas têm no ambiente acadêmico.

O desejo de investigar algumas vivências dessas mães-indígenas está profundamente ligado à necessidade de respeitar as especificidades culturais que moldam suas experiências. Geertz (1989, p. 66) afirma que,

[...] a cultura [...] denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida.

Essa perspectiva teórica orienta a construção de um ambiente universitário mais acolhedor, inclusivo e sensível às demandas desses estudantes. A pesquisa se insere também na Linha de Pesquisa em Práticas Sociais, Organizações e Cultura, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), mestrado na modalidade profissional que me oportuniza propor este estudo sob orientação de docentes e pesquisadores comprometidos com as culturas indígenas. A iniciativa de realizar esta investigação surge da percepção dos desafios institucionais e limitações das políticas públicas que frequentemente impedem o oferecimento de um suporte adequado às 'mães-indígenas universitárias'¹.

Nesse sentido, a valorização da escuta das mães-indígenas no ensino superior é essencial para a criação de um ambiente acadêmico mais inclusivo e respeitoso. Aspectos como o relacionamento com colegas não indígenas, o acesso a creches e restaurantes universitários, e a gestão das responsabilidades acadêmicas e familiares são fundamentais para compreender as realidades e os desafios enfrentados por essas mulheres.

Diante dessas vivências e inquietações, delineou-se a problemática que norteou esta pesquisa: Como as políticas de acesso e permanência no ensino superior

¹ A escolha de propor um estudo com as mães-indígenas deve-se porque me sensibilizei com as condições em que estas mães perseveram no meio acadêmico. Ao observar os diversos desafios que elas enfrentam, percebo que, as dificuldades diante da falta do auxílio de um companheiro, de familiares, creches e babás são perceptíveis, pois a sua rede de apoio são membros da comunidade/aldeia, mas que por estarem e residirem na universidade acabam se distanciando temporariamente desta rede.

têm atendido - ou deixado de atender - as necessidades específicas das mães-indígenas da UFSC, considerando os fatores que incidem sobre sua permanência ou (im)permanência na universidade? A partir dessa problemática, surgiram questões problematizadoras que acompanharam todo o processo investigativo e interventivo: de que maneira as políticas institucionais influenciam o acesso e a permanência dessas mulheres? Quais programas de apoio financeiro, pedagógico e social estão disponíveis, e como impactam suas trajetórias? E, ainda, como as relações institucionais, os serviços universitários e as redes de apoio contribuem - ou dificultam - a experiência acadêmica e a continuidade dos estudos dessas mães-indígenas?

De forma articulada a essas questões, estabeleceram-se objetivos específicos que orientaram a pesquisa: compreender os fatores que impactam na (im)permanência de estudantes- mães-indígenas na universidade; verificar por meio das vivências de mães-indígenas as políticas institucionais que subsidiam o acesso e permanência no ensino superior; investigar como a rede de apoio existente pode potencializar o acolhimento de mães-indígenas no contexto universitário; e, valorizar a escuta do contexto das mães-indígenas na universidade para o fortalecimento da política de acompanhamento dessas estudantes. Esses objetivos auxiliaram na construção de um caminho coerente entre a problemática levantada, a realidade vivida por essas estudantes e a necessidade de ampliar a compreensão sobre permanência indígena na universidade pública.

Além disso, foi considerado crucial compreender os fatores que influenciaram a permanência ou a evasão das mulheres indígenas na universidade, investigando os recursos disponíveis durante sua trajetória acadêmica. A partir dessas escutas e vivências, foi criado um vídeo com o objetivo de valorizar e dar visibilidade às vozes das mães-indígenas no ambiente universitário, destacando suas experiências, desafios e conquistas, bem como promovendo o reconhecimento de suas contribuições para o espaço acadêmico.

1.2 História do campo de pesquisa

A instituição de ensino superior escolhida para a realização desta pesquisa é a UFSC, localizada no estado de Santa Catarina, na região Sul do Brasil. Esta universidade tem desenvolvido importantes ações voltadas à inclusão e ao apoio à população indígena, destacando-se no cenário nacional pela criação de políticas e projetos que buscam promover a permanência e a valorização desses estudantes.

As políticas de inclusão e ações afirmativas no ensino superior constituem iniciativas do Estado voltadas à efetivação de direitos assegurados pela Constituição Federal (Brasil, 1988) e por legislações complementares, buscando corrigir desigualdades históricas de acesso e permanência na educação pública. O marco decisivo para a implementação dessas ações nas universidades federais foi a Lei nº 12.711/2012, que determinou a obrigatoriedade de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas, com percentuais reservados a pessoas pretas, pardas, indígenas e de baixa renda.

A partir de 2015, todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) já haviam aderido à política, com novas inclusões em 2019 em virtude da criação de universidades federais resultantes de desmembramentos (Freitas *et al.*, 2022). Nesse contexto, a UFSC implementou políticas de ações afirmativas, abrangendo cotas e medidas de suporte para estudantes negros, indígenas e quilombolas, reafirmando seu compromisso com a democratização do acesso e a promoção da diversidade cultural no ambiente acadêmico.

Essas políticas foram recentemente ampliadas para o Colégio de Aplicação e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), onde 20% das vagas de ampla concorrência são reservadas para esses grupos, independentemente de sua trajetória escolar ou renda. Além de garantir o ingresso, a universidade adota medidas de permanência, reforçando seu compromisso com a inclusão.

Segundo a UFSC (2024a), um dos maiores avanços nesse sentido foi a inauguração do Alojamento Estudantil Indígena, no Campus de Florianópolis, em março de 2024. O alojamento, reformado com investimento de R\$ 1,58 milhão, foi adaptado para atender às necessidades específicas dos estudantes indígenas, oferecendo quartos coletivos e familiares, salas de estudo, áreas de convivência, cozinha e banheiros. Essa infraestrutura busca proporcionar um ambiente adequado para o desenvolvimento acadêmico e pessoal desses alunos.

Além do alojamento já inaugurado, a universidade está desenvolvendo um projeto mais amplo e inovador para a construção de uma Moradia Estudantil Indígena, prevista para ser concluída no ano de 2025, com capacidade para 156 estudantes. Este projeto foi elaborado em parceria com o Laboratório de Projetos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (LabProj) da universidade e com a colaboração de estudantes indígenas, garantindo que a nova moradia respeite as particularidades culturais das etnias representadas no campus (UFSC, 2023).

A universidade também destaca que a futura moradia incluirá áreas de uso coletivo, dormitórios adaptáveis às necessidades culturais e um "espaço do fogo", destinado a práticas culturais, assegurando que o espaço não seja apenas uma residência, mas um ambiente que integre e valorize os elementos essenciais para a vida comunitária e cultural dos povos originários. A Maloca Indígena, atualmente um espaço temporário que abriga os estudantes, serve como ponto de convivência e preservação cultural enquanto a nova moradia não é concluída.

O espaço provisório, embora importante, reflete a urgência de soluções mais duradouras para garantir que os estudantes indígenas tenham um ambiente que respeite suas tradições e ofereça o suporte necessário para sua permanência acadêmica. A universidade, ao reconhecer essa necessidade, reafirma seu compromisso com o bem-estar desses alunos e a valorização de suas culturas.

A PRAE também tem investido em ações complementares, como a criação de grupos de apoio psicológico voltados para estudantes de graduação e com cadastro. Os atendimentos proporcionam um espaço para compartilhar experiências e discutir as dificuldades enfrentadas no contexto universitário, promovendo o fortalecimento emocional e social desses alunos. A combinação de moradia adequada e suporte psicológico reflete um esforço abrangente da universidade para garantir que os estudantes indígenas possam não apenas ingressar no ensino superior, mas também concluir seus cursos (UFSC, 2024b).

As vivências de mães-indígenas na educação superior é um tema de crescente relevância, especialmente em um cenário acadêmico que busca promover diversidade e equidade. Essas mulheres vivenciam uma interseção complexa de papéis, equilibrando responsabilidades como estudantes, mães e guardiãs de tradições culturais ancestrais. Ao buscarem uma educação superior, desafiam estereótipos profundamente enraizados, fortalecem suas comunidades e contribuem para a diversidade cultural nas instituições de ensino. No entanto, essa jornada é marcada

por uma luta constante por reconhecimento e apoio institucional, ambos essenciais para promover igualdade de oportunidades e respeito às diferenças étnicas e culturais.

Desde o início dos anos 2000, diversas políticas públicas têm impulsionado o acesso de povos indígenas ao ensino superior no Brasil. Entre as principais iniciativas estão os Programas de Licenciaturas Interculturais Indígenas, que contam com mais de 20 cursos em universidades públicas (Brasil, 2018; Paladino, 2013), e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004, que abriu oportunidades em instituições privadas. Além disso, muitas universidades implementaram vagas suplementares de forma autônoma (Brito, 2016). Em 2011, a Lei nº 12.416 incluiu, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), medidas para ampliar o acesso de indígenas às universidades, garantindo assistência estudantil e promovendo programas voltados às especificidades culturais desses estudantes (Brito, 2016).

A Lei de Cotas nº 12.711/2012, marcou um avanço significativo ao reservar vagas para indígenas, pretos e pardos nas Instituições Federais de Ensino Superior. Antes da sua implementação, cerca de 50 instituições já adotavam ações afirmativas, como vagas específicas e licenciaturas diferenciadas, número que subiu para 114 após a promulgação da lei. Universidades como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aderiram às cotas tardiamente, apenas em 2008, mesmo com mobilizações iniciadas em 2005. Eventos como o III Encontro Nacional dos Estudantes Indígena reforçam a necessidade de revisar e ampliar essas políticas, especialmente no que diz respeito às vagas suplementares (Brito, 2016).

Embora as ações afirmativas tenham ampliado o acesso, o ingresso de muitos estudantes indígenas ainda ocorre por meio de cursos específicos ou vagas suplementares. Isso evidencia a necessidade de aperfeiçoar as políticas existentes. Programas como a Bolsa Permanência, oferecida pelo Ministério da Educação (MEC), têm sido essenciais para garantir que estudantes indígenas e quilombolas concluam seus cursos, ao proporcionar auxílio financeiro mensal. Ainda assim, o desafio de promover uma inclusão mais abrangente e respeitosa das especificidades culturais desses povos nas universidades persiste (Brito, 2016).

Neste cerne, discutir a permanência no ensino superior significa analisar as expectativas geradas pelas políticas públicas e compreender como as instituições têm se posicionado diante da presença de diferentes grupos étnicos (Brito, 2016). Esse posicionamento vai além das formalidades expressas em decisões institucionais,

abrangendo ações, omissões e suas possíveis intenções. Refletir sobre permanência implica identificar os mecanismos e tensões, tanto em um nível mais amplo quanto em movimentos cotidianos, que assegurem o reconhecimento e o respeito à presença de pretos, pardos e indígenas em todas as dimensões acadêmicas e institucionais.

A permanência no ensino superior é um tema complexo, que exige atenção a múltiplos fatores interdependentes. Entre esses, destacam-se a reestruturação das práticas administrativas e acadêmicas; a disposição para mudanças na cultura organizacional; a formação contínua e sensível dos servidores; o fornecimento de suporte material adequado; a flexibilização pedagógica para novas formas de ensinar e aprender; a criação de espaços de diálogo político e cultural; e, acima de tudo, o respeito às diferenças e especificidades (Brito, 2016). Esses elementos, embora desafiadores, são essenciais e tangíveis para consolidar a presença indígena de forma significativa e sustentável, desde que enfrentados com intencionalidade e compromisso.

Discutir a permanência significa abordar as expectativas propostas pelas políticas institucionais e analisar como a instituição tem se posicionado em relação à presença desses diversos grupos étnicos. Esse debate vai além dos trâmites formalizados nas Decisões dos Conselhos, abrangendo também as ações concretas e as omissões, que podem revelar suas reais intenções e compromissos (Brito; Tanikado, 2017). Brito e Tanikado (2017, p. 4) reforçam que “[...] as ações de acolhimento e permanência são imprescindíveis à manutenção desses estudantes na conclusão de seus cursos”, pois, a oferta de vagas pela universidade, por si só, não é suficiente; é indispensável haver um suporte efetivo que garanta a permanência dos estudantes na instituição.

Abordar as demandas relacionadas à permanência estudantil é um desafio significativo, mas não algo abstrato ou impossível de ser enfrentado de maneira prática. A temática da permanência também é explorada em diversas pesquisas que investigam a presença indígena no ensino superior brasileiro, conforme evidenciado por Brito e Tanikado (2017) em seu estudo. No entanto, as autoras destacam que ainda prevalece a percepção de que há um longo caminho a percorrer, envolvendo a necessidade de construir, melhorar e até questionar práticas e conceitos relacionados a esse desafio.

Diante desses fatos, é importante considerar como problemática de pesquisa as políticas de acesso ao ensino superior para mães-indígenas considerando os

possíveis fatores que impactam em sua (im)permanência em uma universidade pública. A pesquisa considera diversos aspectos de suas trajetórias, incluindo a dinâmica de vida nas comunidades de origem, as relações com os filhos e familiares, e os fatores que poderiam melhorar suas experiências dentro da universidade. Com isso, pretende-se contribuir para o aprimoramento das políticas institucionais e a elaboração de estratégias que atendam às demandas específicas dessas estudantes, promovendo um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

Na condição de servidora da PRAE da UFSC, percebe-se as angústias e desafios enfrentados pelas mães-indígenas. O que leva a necessidade de compreender suas histórias de vida se faz fundamental, pois elas têm o direito de manter sua identidade cultural e de exercer plenamente seus direitos enquanto estudantes e mães. Essas experiências reiteram a importância de um suporte adequado e de trocas interculturais que respeitem suas especificidades.

Reconhecer as vivências das mães-indígenas no ambiente acadêmico é fundamental para fomentar a diversidade e a equidade nas universidades brasileiras. Na universidade, o acolhimento dessas mulheres é um desafio multifacetado que exige a adaptação das políticas institucionais e o reconhecimento das diferenças interculturais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A entrada de estudantes mães-indígenas na universidade marca uma transformação profunda, tanto para as próprias estudantes quanto para suas comunidades. Este processo é desafiador, principalmente devido à vivência intercultural, que requer dos(as) indígenas um esforço de alta complexidade, o que pode impactar diretamente na identidade e no bem-estar desses indivíduos. De acordo com Dias *et al.* (2019), a transição para o ambiente acadêmico pode intensificar sentimentos de isolamento e alienação, amplificados pelas diferenças culturais e pelo preconceito.

Outro desafio é a conciliação dos valores e tradições indígenas com as demandas acadêmicas ocidentais. Ames e Almeida (2021) destacam que muitos estudantes indígenas enfrentam dificuldades ao tentarem afirmar seus conhecimentos tradicionais às exigências universitárias, resultando, muitas vezes, na desvalorização de suas identidades e modos de vida. Ganam e Pinezi (2021) reforçam que a universidade nem sempre está preparada para acolher e conhecer a diversidade cultural de forma eficaz, o que acaba marginalizando esses estudantes.

A inclusão cultural e o apoio institucional são fundamentais para mitigar os desafios enfrentados por estudantes no ambiente universitário, especialmente aqueles que vêm de contextos diversos. Nesse sentido, Lopes (2022) aponta que políticas inclusivas - como programas de tutoria, apoio psicológico e ações que promovam a convivência intercultural - são essenciais para enriquecer e complexificar a vivência acadêmica, tornando-a mais significativa e dialógica.

Quando abordamos a questão do direito ao ensino superior para os povos indígenas no Brasil, ele é assegurado por um conjunto de políticas públicas e marcos legais. A Constituição Federal de 1988 é o principal documento que garante a preservação das culturas e tradições indígenas, incluindo o acesso à educação de qualidade e diferenciada. A Constituição reconhece a importância de promover uma educação que respeite as particularidades culturais e sociais dos povos indígenas, consolidando o direito à permanência dessas populações nas instituições de ensino superior (Brasil, 1988).

Complementando esse arcabouço legal, a LDB (Lei nº 9.394/1996) reforça o direito à educação para todos, enfatizando a necessidade de uma educação que valorize a diversidade cultural. Essa lei estabelece que o ensino deve ser oferecido de

forma que atenda às especificidades dos diferentes grupos sociais, inclusive os indígenas, respeitando suas tradições e modos de vida. Dessa forma, a legislação fomenta uma educação inclusiva que considera a pluralidade étnica e cultural do Brasil (Brasil, 1996).

Além disso, o Decreto nº 6.861/2009, que institui a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI), avança ao garantir uma educação intercultural e bilíngue. Essa política foi criada com o objetivo de assegurar que as tradições, línguas e conhecimentos indígenas sejam integrados ao currículo educacional, promovendo um ensino que respeite e valorize as particularidades dos povos indígenas. O decreto fortalece a ideia de uma educação não apenas voltada para o acesso, mas também para a preservação e promoção das culturas indígenas (Brasil, 2009).

No contexto de acesso ao ensino superior, a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, reserva vagas para estudantes indígenas em instituições federais (Brasil, 2012a), seja por meio de percentuais ou pela criação de vagas suplementares. Esta legislação foi crucial para aumentar a presença desses estudantes nas universidades brasileiras (Menezes *et al.*, 2021), assim como defende Moehleck (2002) confirmando que essas ações afirmativas são importantes para corrigir desigualdades históricas e garantir a inclusão desses estudantes.

Segundo Souza (2024), citando o filósofo hispano-indiano Raimon Panikkar (2006), é fundamental valorizar o outro em sua maneira singular de estar no mundo, o que exige uma compreensão aprofundada de sua cultura e o enfrentamento dos desafios práticos e teóricos envolvidos nesse processo. Na universidade, isso quer dizer que essa valorização deve ser aplicada no âmbito institucional, levando em consideração a individualidade dos estudantes e as questões culturais que permeiam suas vivências nela.

A Constituição Federal de 1988, ao tratar dos princípios fundamentais, estabelece a cidadania e a dignidade da pessoa humana como pilares da República. Entre os objetivos fundamentais, destaca-se a promoção do bem de todos, sem distinção ou preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação. Além disso, a Carta Magna reafirma a prevalência dos direitos humanos como um de seus princípios orientadores, reforçando o compromisso com a igualdade e a justiça social no país (Souza, 2024).

Nesse cerne, de igualdade e justiça social, tem-se as ações afirmativas que consistem em políticas e medidas, sejam elas obrigatórias ou voluntárias, desenvolvidas para combater a discriminação e corrigir os efeitos de práticas discriminatórias. Seu principal objetivo é garantir a igualdade de oportunidades, promovendo um "nivelamento do campo" entre os grupos sociais (Heringe, 2010). Essas políticas são estruturadas para atender a contextos específicos, com o propósito de promover a equidade e assegurar um acesso mais justo às oportunidades disponíveis.

De acordo com Molina e Ribeiro (2023), apoiando-se na afirmação de Oliven (2007), as ações afirmativas visam assegurar igualdade de oportunidades para todos, buscando eliminar obstáculos, tanto formais quanto informais, que impedem o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, à educação superior e a cargos de liderança. Essas políticas funcionam como medidas reparatórias e compensatórias, com o intuito de corrigir as desigualdades e discriminações históricas que afetam esses grupos sociais.

Atualmente, o Brasil conta com o Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), estabelecido por meio do Decreto nº 11.785/2023 (Brasil, 2023), que visa a implementação de políticas públicas para corrigir desigualdades raciais, protegendo as minorias discriminadas em determinados períodos.

O ambiente universitário por si só, na vida de qualquer estudante, indígena ou não, traz significativas mudanças em seu dia a dia, novas perspectivas, quanto mais para as mulheres indígenas universitárias. Com efeito, para além de um juízo de valor acerca do que a possibilidade de ir para a Universidade pode representar à mulher indígena enquanto sujeita constituída dentro da aldeia - a vó que cuida dos/as netos/as, a mãe que também é artesã e que precisa vir para cidade vender seus produtos, com os/as filhos/as a tira colo, dentro da universidade, a acadêmica indígena depara-se com uma vivência universitária que é completamente diversa da sua, na comunidade, com conhecimentos, práticas, costumes diferentes, tendo que sujeitar-se aos padrões estabelecidos (Molina; Ribeiro, 2023, p. 132).

Ao ressaltar os desafios enfrentados pelas mães-indígenas universitárias, os pesquisadores Athayde e Brand (2009), indicam que há uma escassez de debates sobre o modelo universitário e as mudanças necessárias para adaptar as instituições de ensino superior, de modo a receber adequadamente os estudantes indígenas. Esses acadêmicos não só buscam dialogar com o conhecimento produzido pela universidade, mas também desejam que seus próprios saberes sejam valorizados e reconhecidos no ambiente acadêmico.

Dessa maneira, as legislações supracitadas formam uma base para a promoção da educação superior dos povos indígenas no Brasil. Elas garantem não só o direito ao acesso à universidade, mas também a criação de um ambiente acadêmico que respeite e valorize a identidade cultural desses estudantes. Ao fomentar uma educação diferenciada, o Estado brasileiro busca combater desigualdades históricas e promover uma inclusão que contemple as necessidades e os direitos dos povos indígenas.

As mães-indígenas universitárias formam um grupo que enfrenta desafios únicos ao equilibrar os papéis de estudante, mãe e guardiã das tradições culturais. Estudos apontam que elas enfrentam barreiras adicionais em comparação a suas colegas não indígenas (Molina; Ribeiro, 2023). Brito (2016) observa que essas mulheres enfrentam pressões significativas ao tentar conciliar suas responsabilidades familiares com o ambiente universitário.

Outro obstáculo central para essas mães é a falta de recursos institucionais, como creches e apoio financeiro, que poderiam contribuir para a conclusão de seus estudos. Calegare e Sales (2023) destacam que a falta de preparo institucional para atender às necessidades de estudantes indígenas prejudicam sua permanência. Segundo Vasques, Pontes e Fernandes (2023), a falta de políticas públicas voltadas para apoiar mães-indígenas nas universidades é uma barreira persistente.

Além disso, as mães-indígenas também enfrentam desafios psicossociais, como discriminação e isolamento. Lima e Kanikadan (2020) relatam que muitas dessas estudantes sentem-se marginalizadas, devido à falta de compreensão das suas culturas por parte de colegas e professores, o que afeta diretamente sua saúde mental e desempenho acadêmico. Redes de apoio entre os estudantes, como observam Salazar *et al.* (2022) no contexto mexicano, podem ser uma solução para melhorar suas experiências e resultados acadêmicos, criando um senso de solidariedade.

No entanto, o ingresso é apenas o primeiro passo. A permanência exige políticas públicas que garantam apoio financeiro, moradia adequada e respeito às diferenças culturais. Ferreira (2001) observa que, para os povos indígenas, o Ensino Superior é uma ferramenta de luta por dignidade, respeito e igualdade. Essas conquistas, entretanto, só são possíveis com a implementação de políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas. Assim, a permanência de mães-indígenas universitárias requer a adoção de ações inclusivas, como a criação de

creches, suporte psicológico e financeiro, e a implementação de políticas que respeitem e valorizem suas culturas.

2.1 Maternidade indígena: cultura e direitos

A maternidade indígena², com seus valores e práticas culturais singulares, desempenha um papel fundamental na estrutura das sociedades originárias. Para além da função biológica, a maternidade entre os povos indígenas é um elo vital na transmissão de saberes e tradições, além de ser profundamente integrada à organização social e espiritual dessas comunidades.

Segundo Carvalho, Rosado e Silva (2023), as mães-indígenas são vistas como guardiãs culturais, educando os filhos a partir de um sistema coletivo que valoriza o vínculo com a terra e os ancestrais. Ambrosio (2024) observa que a maternidade indígena vai além do cuidado físico, sendo um meio de transmissão de valores culturais e espirituais.

Por meio das práticas cotidianas, as mães ensinam às crianças a importância de manter uma relação em equilíbrio com a natureza e com a comunidade. Essa integração não apenas reforça a identidade cultural, mas também educa as novas gerações sobre a interdependência entre seres humanos e o ambiente ao redor.

De acordo com Lima (2023), esse processo educativo começa desde o nascimento e é reforçado por meio de práticas comunitárias, como os rituais de passagem e as celebrações familiares, nas quais as mães desempenham um papel central. Essas práticas espirituais e culturais inserem a criança em uma rede de

² Estudos apontam que nas sociedades indígenas, a maternidade assume um significado profundo, refletindo uma cosmologia rica e simbólica que envolve a coletividade no cuidado das crianças. Esse cuidado não é apenas responsabilidade da mãe biológica, mas é compartilhado com outras mulheres da comunidade, fortalecendo a noção de maternidade colaborativa. A maternidade também desempenha um papel crucial na transmissão de cultura e na formação do pertencimento. Desde os primeiros anos de vida, a criança indígena permanece próxima à mãe, seja no uso de uma tipóia ou acompanhando suas atividades diárias. Essa proximidade facilita o aleitamento livre, essencial para o desenvolvimento das crianças, e permite que elas sejam introduzidas à língua e aos costumes do seu povo. Dessa forma, a mãe-indígena não apenas cuida, mas também atua como uma guardiã da identidade cultural e social de sua comunidade. Além de sua função prática e simbólica, a maternidade nas culturas indígenas é vista como um elo direto com a ancestralidade. Ela representa a continuidade das histórias, tradições e valores dos povos indígenas, sendo um símbolo de resistência e perpetuação cultural. O aprendizado das crianças indígenas ocorre de maneira natural no cotidiano, inserido em contextos que reforçam os vínculos afetivos e promovem a participação ativa nas vivências comunitárias. Essa integração fortalece tanto os laços familiares quanto a dinâmica colaborativa entre os membros da comunidade (Fachin, 2011; Lima, 2023; Kaxinawá, 2024).

relações que inclui não apenas o núcleo familiar, mas também a terra e os seres espirituais que fazem parte da cosmovisão indígena.

Bernardo (2024) destaca que a maternidade indígena difere do modelo ocidental ao enfatizar a coletividade e a participação comunitária. As crianças são educadas em contato constante com os membros da comunidade e participam das atividades diárias ao lado de suas mães, aprendendo pela observação, imitação e por meio das orientações dadas pelas mães. A forma de criar os filhos reflete um senso de responsabilidade compartilhada, com as mães, avós e outros parentes cuidando e educando as crianças de maneira colaborativa. Essas situações concretas relacionadas à educação desse povo refletem sua maneira singular de se posicionar e interagir com o mundo (Bernardo, 2024). Tal perspectiva é descrita pelas pesquisadoras que seguem quando investigaram a educação guarani.

Desde o nascimento, o corpo se abriga na carinhosa contiguidade do colo da mãe—proximidade amorosa que propicia uma comunicação corporal que se mantém nas brincadeiras, nas danças, no contato com irmãos e com outras crianças do grupo familiar, com o pai, com os avós e demais parentes. Mas, as múltiplas situações vividas evidenciam, igualmente, o quanto cada pessoa deve, desde pequena, responsabilizar-se por si (Bergamaschi; Menezes, 2016, p. 754).

A maternidade indígena possui um papel fundamental na preservação da cultura e na continuidade das tradições de cada povo. As mães-indígenas desempenham um papel vital na transmissão dos saberes e valores que sustentam suas comunidades, sendo responsáveis por ensinar aos filhos a importância da cultura, da língua e dos costumes ancestrais. Este processo de socialização é essencial para que as próximas gerações possam continuar a perpetuar a história de seus povos, garantindo a resistência cultural frente a pressões externas (Ambrosio, 2024).

Além disso, a mãe-indígena é a guardiã do meio ambiente e da conexão com a natureza. Em muitas culturas indígenas, a relação com a terra e os elementos naturais é central para a vida cotidiana, e as mães têm a responsabilidade de educar seus filhos sobre o respeito à natureza e à biodiversidade. Essa educação ambiental passa de geração em geração, ajudando as comunidades a manter práticas sustentáveis e a viver de maneira equilibrada com o seu território.

O papel da mãe também é crucial para o fortalecimento da identidade indígena, pois ela é quem transmite as histórias e mitos que formam o alicerce da cosmovisão

de cada povo. Esse ensino não se limita a aspectos materiais, mas abrange a espiritualidade e a visão de mundo que conectam os indivíduos à sua ancestralidade e ao cosmos. Essa transmissão cultural e educacional garante que os jovens indígenas cresçam com um forte senso de pertencimento e compromisso com sua herança (Ambrosio, 2024). Esses aspectos mostram a importância da maternidade indígena para a manutenção da cultura, da educação e da preservação ambiental, elementos fundamentais para a continuidade das comunidades indígenas em um mundo que constantemente ameaça essas tradições.

De acordo com Vasques, Pontes e Fernandes (2023), as mães-indígenas que ingressam no ensino superior enfrentam uma série de desafios relacionados à preservação e valorização de suas práticas culturais. Além das dificuldades de acesso a moradias familiares nas universidades, essas mães lidam com a necessidade de adaptar suas tradições a um ambiente que muitas vezes é insensível ou hostil às suas necessidades.

As barreiras estruturais e culturais, como a falta de infraestrutura adequada e o preconceito, afetam significativamente a permanência dessas mães nas universidades, segundo pesquisa de Vasques, Pontes e Fernandes (2023). As autoras ressaltam a necessidade de políticas mais inclusivas que respeitem não apenas a presença das mães-indígenas, mas também suas práticas e tradições culturais.

Vasques, Pontes e Fernandes (2023) propõem que a criação de espaços inspirados nas tradições indígenas, como a maloca, jardins etnobotânicos e áreas para cultivo - podendo ser uma solução para melhorar o acolhimento dessas mães nas universidades. Além disso, as autoras sugerem o acesso à culinária tradicional para garantir que seja “[respeito ao] direito das e dos estudantes indígenas em receber uma alimentação culturalmente orientada baseada em sua culinária tradicional” (Vasques; Pontes; Fernandes, 2023, p. 15).

A implementação de políticas públicas que incentivem o uso da língua materna e reconheçam as práticas espirituais e culturais indígenas é essencial para que as mães-indígenas se sintam verdadeiramente acolhidas no ambiente universitário. Ao considerar a importância da maloca como um espaço cultural e de vivência, a universidade deve criar condições para que as mulheres indígenas possam preservar suas tradições, ao mesmo tempo em que se inserem no contexto acadêmico (Lima, 2023).

A presença dessas mães no espaço universitário enriquece a diversidade cultural, trazendo novas perspectivas e ampliando discussões sobre temas como maternidade, educação e preservação cultural. Nesse sentido, Doeber (2017) destaca que a inclusão dessas mulheres permite o desenvolvimento de pesquisas e iniciativas voltadas à valorização e fortalecimento da cultura indígena. Portanto, é fundamental que as universidades adotem políticas inclusivas que respeitem as especificidades culturais dessas mulheres, promovendo uma integração verdadeira e respeitosa à vida acadêmica.

Silva (2024) reforça que a valorização da maternidade indígena no ambiente acadêmico é essencial para garantir que essas mães possam completar seus estudos sem renunciar às suas tradições culturais. As universidades devem promover políticas inclusivas que reconheçam as especificidades culturais das mães-indígenas e que as integrem de forma significativa à vida acadêmica.

Segundo Brito (2016), a escolha por abordar as mulheres mães em sua pesquisa foi motivada tanto por intuições e sincronicidades quanto por experiências concretas vivenciadas entre 2008 e 2016. Durante esse período, a autora teve contato com diversas estudantes da UFRGS que já eram mães ou estavam prestes a se tornarem, uma realidade pouco comum entre as alunas da universidade.

Essa vivência evidenciou desafios institucionais ligados à permanência acadêmica e à assistência estudantil, sobretudo no que diz respeito à oferta de moradia. Brito (2016) destaca que compreender o significado da maternidade para povos como os Kaingang e Guarani, além de reconhecer o valor atribuído à convivência familiar, pode ajudar a universidade a melhorar suas políticas de acolhimento para essas mulheres.

Brito (2016) argumenta que é impossível dissociar as identidades de mulheres indígenas, mães e universitárias. Seus percursos acadêmicos coexistem com os papéis desempenhados em suas comunidades, sendo a maternidade um elemento central em suas vidas. Muitas dessas mulheres conciliam casamento e maternidade em idades próximas à conclusão do ensino médio e início da graduação, destacando-se pela necessidade de manter a convivência próxima com seus filhos, um aspecto fundamental de suas trajetórias.

Diante do exposto, Brito (2016) e Carvalho (2023) propõe compreender como essas estudantes conseguem permanecer na universidade, considerando suas experiências nas comunidades de origem, suas relações familiares e os aspectos que

podem melhorar suas condições de permanência. Com isso, legitimam estudos envolvendo esta problemática e marcam a importância do atendimento às demandas específicas dessas mulheres, valorizando suas identidades culturais e sociais. Assim, pretende-se com este estudo, colaborar para o atendimento às demandas específicas dessas mulheres e valorizar suas identidades culturais e sociais (Carvalho, 2023).

2.2 Acolhimento institucional, maloca e alojamento

O acolhimento desempenha um papel crucial na construção de um vínculo sólido entre o estudante e a instituição, fortalecendo tanto o desejo de permanecer quanto o senso de pertencimento a esse ambiente de convivência (Brito, 2016). O acolhimento institucional de mães-indígenas na UFSC é uma questão central para a promoção de uma educação inclusiva e respeitosa das diversas culturas presentes no ambiente acadêmico. A criação de espaços que respeitem as tradições culturais dos povos indígenas, como a maloca, se faz importante para garantir que essas mães possam conciliar suas responsabilidades acadêmicas com a manutenção de suas práticas culturais e a criação de seus filhos em um ambiente que reflita suas tradições e valores (Brito, 2016).

A maloca é uma habitação coletiva, com formato circular - típica das culturas indígenas, construída com materiais como madeira, areia ou terra e palha. Ela não se limita a ser um espaço físico, mas reflete a essência da vida comunitária, funcionando como um local de convivência e apoio entre famílias. Entre os povos indígenas, a maloca é um marco cultural que representa união e cooperação (Mendes *et al.*, 2019).

Além de ser uma moradia, a maloca desempenha um papel simbólico, sendo o cenário de cerimônias, rituais, celebrações e encontros comunitários. Ela é mais do que um abrigo; é um espaço sagrado que carrega os valores e as tradições dos povos que a utilizam (Mendes *et al.*, 2019).

A proteção da maloca e de suas tradições é vital para preservar a riqueza da diversidade cultural. Ela deve ser entendida como

[...] um lugar de representação indígena no meio universitário, a percepção desse espaço deve tornar-se muito maior do que aquela que abarca somente a categoria estudantil em seus moldes tradicionais e que não considera a diversidade étnica, invisibilizando a cultura indígena e seu significado (Mendes *et al.*, 2019, p. 104).

A criação de malocas dentro das universidades visa proporcionar um espaço de encontro para indígenas, onde possam se reunir, celebrar suas culturas e manter suas tradições vivas, mesmo longe de suas terras natais. Acredita-se que esses espaços são essenciais para fortalecer a identidade cultural dos estudantes indígenas e oferecer um ambiente acolhedor e familiar, que respeite e valorize suas práticas e crenças.

A universidade desenvolveu a Moradia Estudantil Indígena, a partir de um projeto que visa criar um espaço de moradia que respeite e integre as tradições culturais dos estudantes indígenas. Este projeto inclui quartos coletivos e familiares, áreas de convivência, salas de estudo, cozinha e banheiros, todos adaptados para incorporar práticas culturais importantes, como o "espaço do fogo" essencial para as tradições indígenas (Caniçali, 2023).

Segundo Rosa (2014, p. 41) o alojamento estudantil “[...] refere-se ao imóvel cedido pela universidade para dar assistência ao estudante durante sua vida acadêmica, é nesse espaço que ele vai dormir, estudar e conviver com outros alunos”. Ao ingressarem nos alojamentos, também conhecido como moradias estudantis (Ariovaldo, 2016), os universitários trazem consigo sua identidade, composta por suas histórias, memórias, experiências e certezas. Inseridos em um contexto distinto de sua origem, é pertinente refletir sobre as transformações que ocorrem em seus hábitos, perspectivas sobre si mesmos e o mundo, além de seus valores (Ariovaldo, 2016).

De acordo com Ariovaldo (2016, p. 4),

Sabendo-se da chegada dos ‘novos públicos’ à universidade e também pelo fato de que a vida material não impõe somente limites práticos à vida acadêmica [...] a disponibilização de moradia estudantil em instituições públicas de ensino superior tem sido vista como uma política que viabiliza a ampliação das chances desses universitários, cuja pertença social é a camada popular e para quem o ingresso numa instituição de ensino superior pública implica em deslocamento geográfico.

A Moradia Estudantil Indígena oferece um local para residir, mas também serve como um centro cultural onde eventos, rituais e encontros comunitários podem ocorrer, fortalecendo a coesão entre os estudantes indígenas e suas famílias. Este ambiente proporciona um senso de pertencimento e segurança, essenciais para que as mães-indígenas possam se dedicar aos estudos sem a necessidade de abandonar suas práticas culturais ou se distanciar de suas famílias.

Apesar das melhorias propostas, a implementação das moradias culturais enfrenta desafios significativos. As mães-indígenas, em particular, lutam para equilibrar suas responsabilidades acadêmicas com o cuidado de seus filhos, o que pode impactar negativamente seu desempenho acadêmico e bem-estar. A criação de moradias que permitam que mães e filhos residam juntos é uma medida essencial para garantir que possam manter suas práticas culturais enquanto avançam em seus estudos. Além disso, é necessário garantir por meio de políticas de assistência estudantil o acesso ao Restaurante Universitário (RU), “[...] estrutura central para garantir a permanência de estudantes [...] no ensino superior” (Tuckumantel; Nunes, 2025, p. 1).

Outro desafio relevante é a necessidade contínua das políticas institucionais frente às mudanças e às novas demandas das comunidades indígenas. A diversidade interna dos povos indígenas, com suas diferentes etnias, línguas e tradições, exige uma abordagem flexível e sensível por parte das universidades. A personalização das políticas de acolhimento, levando em consideração as especificidades de cada comunidade, é fundamental para essas iniciativas.

A universidade deveria ser um espaço de acolhimento, de apoio e incentivo às diferenças e que aprende com elas, pois é a partir da pesquisa da diversidade que a mesma se torna pluriversal. Em outras palavras, colorindo a universidade com conhecimentos interculturais (Carvalho, 2023, p. 21-22).

O acolhimento institucional vai além da criação de espaços físicos adequados. Envolve também o desenvolvimento de políticas e práticas que respeitem e valorizem as especificidades culturais das mães-indígenas e suas famílias. Isso inclui a promoção do uso da língua materna na educação das crianças, a oferta de suporte psicológico e social, e a criação de programas que incentivem a participação ativa das mães na vida acadêmica.

A experiência da universidade foi a primeira fora da minha aldeia, sem acompanhamento nenhum, me sentindo excluída em todos os lugares da universidade, sentia que meu mundo iria desabar, que não aguentaria toda pressão. Sem saber qual ônibus pegar ou mesmo qual seria o campus onde iria estudar, e assim foram se vencendo cada batalha uma a uma (Carvalho, 2023, p. 41).

A partir do relato de Carvalho (2023), entende-se que a universidade deve estabelecer canais de comunicação contínuos com representantes indígenas para

entender melhor suas necessidades. Ao implementar as políticas de acolhimento que respeitem as tradições culturais indígenas desempenha um impacto positivo tanto para as mães-indígenas quanto para a universidade como um todo.

A universidade é, e precisa ser cada vez mais território indígena. E essa luta é, e precisa ser cada vez mais uma luta de todas e todos que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária. O fim desse caminho tem um significado enorme não só para mim, mas para todos os que me acompanharam nessa trajetória marcada por muita garra, luta, força e superação (Carvalho, 2023, p. 13).

A adoção de políticas inclusivas fortalece o compromisso da universidade com a igualdade e a diversidade, posicionando-a como uma instituição comprometida com a promoção dos direitos e da dignidade dos povos indígenas (Carvalho, 2023). A presença de mães-indígenas e suas famílias no campus universitário também pode inspirar outras instituições de ensino a adotarem práticas similares, contribuindo para uma mudança mais ampla no sistema educacional brasileiro em direção à inclusão e ao respeito pela diversidade cultural.

O acolhimento institucional das mães-indígenas na universidade, por meio da criação de espaços como a maloca e a implementação de políticas inclusivas, representa um avanço significativo na promoção de uma educação superior mais justa e respeitosa das diversidades culturais. Essas iniciativas não apenas atendem às necessidades específicas das mães-indígenas e suas famílias, mas também contribuem para a construção de um ambiente acadêmico mais rico e diversificado.

Desse modo, a valorização das tradições culturais indígenas e o respeito às suas práticas são fundamentais para garantir a permanência dessas mães, ao mesmo tempo em que fortalecem a identidade cultural das comunidades indígenas no contexto da educação superior. Para o professor Mbya-Guarani compreende a interculturalidade como um encontro entre diferentes mundos, que transcende a mera dimensão cultural. Esse encontro se estende para aspectos de vivências, visões de mundo e interações emocionais, permitindo transformações profundas no indivíduo, especialmente no que diz respeito à sua corporeidade, que se manifesta (Bergamaschi; Menezes, 2016).

No sentido de aprofundar a compreensão de interculturalidade, Kusch (2012) faz-nos pensar cultura como uma dualidade, de uma parte vivida em uma dimensão consciente e outra de forma inconsciente, destacando a

necessidade de se encontrar um símbolo que concilie os opostos (Kusch, 2012 *apud* Menezes; Bergamaschi, 2018, p. 185).

Assim, segundo as autoras acima citadas, a compreensão da cultura envolve vê-la como um processo dinâmico, no qual os indivíduos constroem e redefinem realidades. A convivência dentro desse processo simbólico, que é a própria cultura, confere significado à vivência intercultural, na qual as experiências são compartilhadas de maneira tanto coletiva quanto individual, subjetiva e objetiva, entre os participantes. Este intercâmbio está imbuído de uma ética de convivência, com a valorização do outro de maneira concreta e real.

3 DESCRIÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

A inserção de mulheres indígenas no ensino superior é um fenômeno que reflete tanto conquistas sociais quanto desafios profundos associados à colonialidade de gênero e aos atravessamentos interculturais (Ruano-Ibarra; Gama, 2020). Segundo o Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre 2010 e 2016, o número de estudantes universitários que se autodeclararam indígenas aumentou de aproximadamente 7 mil para mais de 44 mil.

O dado mencionado aponta um crescimento significativo da presença feminina, que, a partir de 2014, tornou-se maioria entre os ingressantes indígenas, mantendo-se assim até 2018, com uma representatividade de 52%. Em 2015, mais de 7 mil mulheres indígenas ingressaram no ensino superior. O total de indígenas ingressantes passou de 2.780, em 2009 - primeiro ano em que a variável cor/raça foi contabilizada - para 17.269 em 2018, último ano do levantamento. Esse aumento reflete um crescimento de 620% no número de mulheres indígenas ingressantes entre 2009 e 2018 (Simões, 2018).

Molina e Ribeiro (2023), em seu estudo, levantaram a partir dos dados do Censo da Educação Superior do INEP que houve um aumento de 512% no número de estudantes indígenas universitários entre os anos 2010 e 2016. Segundo o mesmo estudo, Molina e Ribeiro (2023), expõe que as mulheres indígenas universitárias, enfrentam tensões entre suas responsabilidades comunitárias, familiares e acadêmicas, além de lidarem com preconceitos e invisibilização de suas epistemologias. Essas questões são ainda mais complexas quando analisadas sob o prisma da interseccionalidade, que evidencia como gênero, etnia e classe moldam as experiências dessas mulheres.

Cabnal (2010), ao discutir o feminismo comunitário, destaca que a luta das mulheres indígenas inclui o enfrentamento das desigualdades impostas tanto pelo patriarcado quanto pela colonialidade. Dal Bó (2018) ressalta que as ações afirmativas desempenham um papel crucial, mas insuficiente, para transformar as estruturas institucionais que reproduzem desigualdades.

A problemática ganha contornos específicos no contexto universitário, onde o ambiente, historicamente masculino e eurocêntrico, pouco se adapta às necessidades das estudantes indígenas (Dal Bó, 2018). Como aponta Guedes (2008), é necessário

desconstruir a ideia da universidade como um espaço neutro e universal, reconhecendo a pluralidade de experiências e saberes que essas mulheres trazem consigo.

Nesse sentido, torna-se urgente investigar como os atravessamentos interculturais influenciam a permanência e a construção de trajetórias acadêmicas de mães-indígenas no ensino superior, bem como as práticas institucionais que podem acolher suas especificidades e demandas. As necessidades não atendidas dessas estudantes podem resultar em evasão ou desmotivação, impactando negativamente sua saúde emocional e seu desempenho acadêmico.

Esse cenário reforça a urgência de estudos que esclareçam essas questões, contribuindo para que a universidade cumpra sua missão institucional de promover o acesso democrático ao ensino superior público e gratuito, combatendo desigualdades e exclusões. A criação de grupos de apoio psicológico na UFSC exemplifica como a instituição tem avançado na compreensão das diferentes vivências estudantis no ambiente acadêmico.

Portanto, este estudo foi essencial para compreender as experiências, desafios e oportunidades das mães-indígenas universitárias. Além disso, propõe soluções que favoreçam a criação de um ambiente acadêmico mais acolhedor, respeitoso de suas particularidades culturais e que promova seu bem-estar.

Conforme informações obtidas em 4 de setembro de 2025, via e-mail junto à universidade federal onde foi realizado o presente estudo, com base nos dados registrados pelo Departamento de Administração Escolar (DAE), do Departamento de Gestão da Moradia Estudantil (DGME), e do Departamento de Permanência Estudantil (DPE) vinculadas à PRAE, atualmente estão matriculados 238 estudantes indígenas. Na Maloca, espaço destinado a atender demandas específicas dessas comunidades, encontram-se residindo duas mães-indígenas com seus filhos. Já no alojamento, há três mães-indígenas que também residem no local com suas crianças.

A partir das informações e dos dados coletados, espera-se oferecer subsídios para o desenvolvimento de políticas e práticas que garantam a permanência dessas mulheres no meio acadêmico, contribuindo para uma universidade mais equitativa. Desse modo, as questões problematizadoras foram:

- Que políticas institucionais têm viabilizado o acesso e a permanência de mães-indígenas na universidade?

- Existem programas de apoio financeiro e pedagógico? De que forma tais subsídios impactam na permanência?
- De que forma a relação institucional com as estudantes e mães-indígenas tem contribuído para a garantia do acesso e permanência ao ensino superior?

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Caracterização do tipo de pesquisa e abordagem

A pesquisa é inspirada no tipo de estudo etnográfico e colaborativo, método amplamente utilizado nas ciências sociais e humanas para estudar grupos sociais específicos a partir de uma perspectiva cultural e holística. O estudo etnográfico busca imergir no cotidiano das participantes, com o objetivo de compreender suas práticas, comportamentos e significados culturais dentro de seu contexto específico (Geertz, 1989).

Ao optar pela pesquisa de inspiração etnográfica, focar-se-á nas interações de algumas vivências das mães-indígenas no ambiente universitário, considerando seus desafios e estratégias de adaptação, além das influências culturais que moldam suas experiências. Essa imersão permite que o pesquisador tenha uma visão mais próxima das realidades dessas mulheres, ampliando a compreensão sobre as múltiplas dimensões que afetam suas jornadas acadêmicas.

Ademais, o método etnográfico possibilita o uso de observações diretas e a construção de um diário de campo. A observação em campo ajudará a captar elementos que podem não ser expressos, mas que são essenciais para entender a dinâmica das participantes no espaço acadêmico e social da universidade.

Além da perspectiva etnográfica, será adotada também a pesquisa colaborativa e compartilhada (Rappaport; Ramos, 2005), a qual, segundo Bergamaschi e Menezes (2016, p. 744),

[...] se constitui em um diálogo e uma prática intercultural entre epistemologias, permitindo apropriações conceituais interétnicas. Trata-se de pesquisas que acontecem em uma complexidade de traduções mútuas [universidade e indígenas], em um espaço de diferenças e compreensões interculturais.

Assim, este estudo segue uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender algumas experiências e vivências das mães-indígenas universitárias. A pesquisa qualitativa é especialmente adequada para explorar aspectos subjetivos e contextuais das participantes, pois permite captar nuances emocionais, culturais e sociais que são muitas vezes invisíveis em métodos quantitativos. Como ressalta Creswell (2014), a abordagem qualitativa, quando combinada com ferramentas

etnográficas, permite um aprofundamento maior das vivências dos sujeitos, favorecendo uma análise mais completa e contextualizada.

4.2 Instrumentos e procedimentos

Para a produção de dados, foram utilizados três instrumentos metodológicos que permitiram uma análise detalhada das experiências das mães-indígenas: a) diário de campo, b) observação direta e c) círculos de cultura. Cada um desses instrumentos desempenha um papel fundamental na captura das nuances e subjetividades presentes nas vivências das participantes, contribuindo para uma compreensão profunda e contextualizada.

A combinação desses três instrumentos - diário de campo, observação direta e círculos de cultura - permitiram uma produção de dados diversificada e robusta, oferecendo uma visão integral das vivências das mães universitárias indígenas. Essa abordagem metodológica contribui para uma análise aprofundada de suas experiências, desafios e estratégias, favorecendo o desenvolvimento de políticas e práticas institucionais mais inclusivas e sensíveis às suas necessidades específicas.

O diário de campo funciona como um espaço de articulação dos materiais etnográficos durante o processo de pesquisa, sendo fundamental no decorrer das atividades etnográficas. Seu uso metódico e reflexivo é essencial para garantir que a observação se traduza em dados realmente significativos em estudos qualitativos (Cachado, 2021).

Para Cachado (2021, p. 555) o diário de campo é o “[...] registro do dia a dia de um universo populacional, seja ele de que dimensão for” e é “[...] útil ao pesquisador que está trabalhando entre pessoas; e, no mesmo sentido, é importante para partilhar num lugar seguro os dilemas éticos com que nós vamos deparando, os cansaços e entusiasmos no campo”.

Já a observação direta, segundo o Glossário de Psicologia (2024, p. 1), constitui “[...] uma técnica de coleta de dados amplamente utilizada em pesquisas científicas e estudos de campo”, caracterizando-se pelo acompanhamento sistemático de eventos, comportamentos e interações em seus contextos naturais. No âmbito desta pesquisa, a observação foi conduzida sob uma perspectiva colaborativa e etnográfica, reconhecendo o pesquisador como parte ativa do processo e compreendendo que toda observação implica também participação, interpretação e construção

compartilhada de sentidos. Essa imersão possibilita uma compreensão mais profunda das dinâmicas grupais, revelando nuances das relações, significados e práticas observadas.

Inspirada na metodologia proposta por Menezes, Wendland e Moura (2024), esta pesquisa adotou os círculos de cultura e as palavras geradoras como instrumentos essenciais para promover uma abordagem que valoriza a vivência e o diálogo intercultural como elementos fundamentais no processo de reflexão. O círculo de cultura, entendido como um espaço de troca e reflexão coletiva, foi utilizado para compreender algumas experiências das mães-indígenas no contexto do ensino superior. Por meio dessa abordagem, criou-se um ambiente de troca de saberes e reflexões sobre os desafios enfrentados por essas mulheres, considerando suas vivências no ambiente acadêmico e a forma como conciliam sua maternidade com a experiência de ser estudante.

No contexto desta pesquisa, as palavras geradoras, associadas aos círculos de cultura, desempenharam um papel essencial na análise das experiências dessas mulheres indígenas. Essas palavras foram ressignificadas de maneira a refletir a realidade vivida por elas, possibilitando uma abordagem intercultural que leve em consideração tanto as especificidades de sua identidade cultural quanto os desafios do ensino superior. Para Freire (2013), os círculos de cultura são fundamentais para a construção de uma universidade onde a educação é assumida como um diálogo transformador de pensamentos e ações. Neles, são selecionadas palavras e temas geradores que estimulam a reflexão crítica sobre a realidade, ancorada na experiência vivida. Ao promover a construção coletiva de significados, é possível compreender as dinâmicas de pertencimento (Menezes; Wendland; Moura, 2024), das tensões entre diferentes culturas e dos fatores que influenciam a permanência ou evasão dessas mulheres no ambiente universitário.

O processo de coleta de dados foi iniciado após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEP-UNISC). Em seguida, foi realizado um contato prévio com as participantes para apresentar detalhadamente o estudo e obter o consentimento informado. Foram realizados três Círculos de Cultura nas instalações da universidade, garantindo às participantes um ambiente confortável e privado. Os encontros foram registrados por uma profissional contratada para realizar a captação audiovisual, utilizando um dispositivo móvel fornecido pela pesquisadora para uso exclusivo nesta pesquisa. As filmagens,

gravadas no formato MP4, foram posteriormente transferidas e arquivadas em um HD externo, garantindo a segurança, o sigilo e a integridade do material produzido. Após as gravações, as transcrições foram realizadas em arquivos de texto editáveis e armazenadas no HD externo, permitindo acesso contínuo para análise.

Ao longo do estudo, foi mantido um diário de campo para registrar observações adicionais que complementaram as informações coletadas. Todos os dados levantados, materiais gerados e registros realizados ao longo da pesquisa e após o seu término foram organizados e estão sendo salvaguardados por cinco anos. Após esse prazo, todos os documentos serão descartados de forma adequada: os registros físicos serão incinerados e os arquivos digitais serão excluídos do HD externo, garantindo a segurança e a confidencialidade de todo o material.

Foi assegurado o cumprimento rigoroso das diretrizes éticas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), especialmente aquelas contidas nas Resoluções do Conselho Nacional nº 466/2012 (Brasil, 2012b) e nº 510/2016 (CNS, 2016), que tratam das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e também da Resolução nº 304 de 09 de agosto de 2000 (CNS, 2000), que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas com seres humanos, com ênfase em povos indígenas. O estudo foi aprovado pelo CEP-UNISC, conforme Parecer nº 7.623.995/2025, garantindo o cumprimento das normas éticas previstas para pesquisas com seres humanos. Além disso, foram adotadas medidas para garantir a confidencialidade dos dados e o anonimato das participantes, assegurando que as informações coletadas fossem utilizadas exclusivamente para os fins desta pesquisa, reforçando a confiança e a adesão das colaboradoras.

4.3 Campo de investigação e participantes da pesquisa

A pesquisa foi realizada na UFSC, localizada no estado de Santa Catarina, no sul do Brasil. A instituição é uma referência nacional, reconhecida por sua atuação em temas de diversidade e inclusão. Com um grande campus e diversas unidades acadêmicas distribuídas por várias regiões, a universidade acolhe estudantes de diferentes origens e perfis, promovendo uma formação pautada na qualidade acadêmica e no compromisso social. A sua infraestrutura inclui espaços modernos e específicos para cada área de conhecimento, além de recursos de apoio que buscam

atender às necessidades acadêmicas e sociais de seu corpo estudantil, consolidando-se como uma universidade de excelência e impacto regional e nacional.

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, e inicialmente foi estabelecido um número de cinco participantes. Entretanto, houve a adesão de duas mães-indígenas, uma vez que as demais convidadas, por motivos pessoais e pela necessidade de cumprir compromissos inadiáveis relacionados à rotina acadêmica, não puderam comparecer aos Círculos de Cultura. No entanto, por se tratar de um estudo qualitativo, não se realizou cálculo amostral.

Como critério de inclusão, participaram as mães-indígenas regularmente matriculadas e cursando algum curso de graduação ou pós-graduação ofertado na UFSC. E, excluíram-se deste estudo mães-indígenas que tinham incompatibilidade de horários em participar e que estavam de atestado médico no momento da produção dos dados. A escolha desse grupo específico permitiu uma análise aprofundada dos desafios e das possibilidades que essas mulheres enfrentam no contexto acadêmico da universidade, considerando suas condições de moradia na universidade e como essas influenciam suas trajetórias acadêmicas, pessoais e familiares.

Embora o estudo seja de natureza não invasiva, havia a possibilidade de riscos mínimos relacionados ao desconforto emocional ou à exposição de aspectos pessoais, visto que se abordou temas sensíveis, como os desafios acadêmicos e culturais que enfrentam. Contudo, não houve a necessidade de conduzir nenhuma das participantes para o atendimento psicológico na universidade. A privacidade e o anonimato foram garantidos, protegendo suas identidades e informações pessoais em todas as etapas da pesquisa.

A diversidade de experiências dessas mães-indígenas, vividas tanto na Maloca - um espaço que simboliza a convivência comunitária indígena - quanto no Alojamento Universitário, ofereceu uma perspectiva rica sobre a interação entre suas origens culturais e o ambiente acadêmico. Essa convivência em espaços distintos, um refletindo aspectos da cultura indígena e o outro estruturado numa instituição formal, possibilitaram uma análise profunda sobre como esses contextos influenciam suas estratégias de enfrentamento aos desafios. Esses desafios incluem o preconceito, a sobrecarga de responsabilidades, e o equilíbrio entre a vida acadêmica, a maternidade e as demandas culturais, evidenciando as formas pelas quais esses ambientes distintos impactam seu processo de inclusão e permanência universitária.

Desse modo, por meio desta pesquisa pretendeu-se contribuir para o avanço do conhecimento intercultural e acredita-se que trará benefícios tanto para as mães-indígenas quanto para as instituições de ensino superior. Por fim, o acesso à educação superior por parte dessas mães tem um impacto intergeracional, influenciando positivamente as futuras gerações, que poderão incorporar valores de educação e preservação cultural, contribuindo para a continuidade da cultura indígena e a luta por seus direitos.

4.4 Estratégias para produção de dados

As ferramentas utilizadas para o levantamento dos dados necessários para o estudo foram:

- **Diário de Campo:** O diário de campo foi uma ferramenta essencial para a pesquisadora, permitindo o registro de observações das interações e dinâmicas que ocorram durante os círculos de cultura. Essas anotações ajudaram a captar detalhes contextuais e sutilezas que não ficaram evidentes na filmagem e nas gravações, enriquecendo assim a análise e a compreensão das experiências compartilhadas.
- **Observação Participante:** A observação direta foi crucial para entender as interações das participantes no ambiente acadêmico e social da universidade. Esse método possibilitou à pesquisadora identificar comportamentos, reações e contextos que não são verbalizados, oferecendo uma visão mais completa das vivências das mães. Ao observar diretamente, foi possível captar a complexidade das relações e as dinâmicas que moldam a experiência acadêmica das participantes.
- **Círculo de Cultura:** O círculo de cultura permitiu uma interpretação contextualizada e dinâmica dos dados, possibilitando uma leitura aprofundada das vivências (Menezes; Bergamaschi, 2018), desafios e oportunidades das mães universitárias indígenas no ambiente acadêmico. Essa abordagem favoreceu a troca de saberes, promovendo uma compreensão mais holística e inclusiva das trajetórias acadêmicas e culturais das participantes. Por meio do registro do círculo de cultura foi possível captar as vivências, desafios e oportunidades de mães universitárias indígenas no ambiente acadêmico.

O Círculo de Cultura propôs uma abordagem pedagógica que problematizou a realidade, criando um espaço dinâmico onde se compartilharam diversas subjetividades e conhecimentos, por meio de diálogos enriquecedores e colaborativos (Vitorino, 2019). Nessa prática, “O aprendizado do Círculo de Cultura tem como passos iniciais a investigação de uma dada temática” (Vitorino, 2019, p. 8), o que na perspectiva freiriana, servem para “produzir ou reconstruir novas leituras de mundo”, que neste estudo foram as vivências das mães-indígenas universitárias.

Para este estudo foram realizados três círculos de cultura, com duração de até duas horas cada, nas instalações da universidade. Fundamentados na pedagogia freiriana, esses encontros proporcionaram um espaço de escuta e diálogo, permitindo que as mães-indígenas compartilhem suas experiências no ensino superior. Além de fortalecer redes de apoio, os círculos contribuíram para tornar o ambiente acadêmico mais inclusivo e respeitoso às especificidades culturais dessas mulheres.

Cada encontro abordou uma temática específica, guiada por temas geradores que incentivaram o diálogo e a reflexão:

- **1º Encontro – Vivências e Desafios das Mães-Indígenas na Universidade; Redes de Apoio e Acolhimento das Mães-Indígenas**

O primeiro encontro buscou compreender as experiências das participantes, aprofundando os desafios enfrentados em sua trajetória acadêmica. Questões como barreiras institucionais, sociais e familiares foram abordadas para dar visibilidade às dificuldades que impactam sua permanência. Assim como, a construção e o fortalecimento de redes de apoio também foram o foco deste encontro. O objetivo foi mapear os espaços de acolhimento dentro e fora da universidade, buscando estratégias para ampliar o suporte às estudantes indígenas.

Temas geradores:

- ❖ Quais são os maiores desafios que você enfrenta ou enfrentou para estar na universidade?
- ❖ Como as questões culturais e de identidade indígena impactam sua permanência na universidade?
- ❖ Quais barreiras, tanto dentro da universidade quanto fora, interferem em sua trajetória acadêmica?

- ❖ Você recebeu apoio institucional (bolsas, assistência social, tutoria etc.)? Como isso impactou sua trajetória?
- ❖ Existe uma rede de apoio formada por outras mulheres indígenas ou grupos dentro da universidade?
- ❖ Como você acredita que a rede de apoio poderia ser ampliada ou melhorada?

- **2º Encontro – Políticas Institucionais e Acessibilidade no Ensino Superior**

Neste encontro, discutiu-se a atuação da universidade na garantia do acesso e permanência das mães-indígenas. As participantes refletiram sobre a efetividade das políticas institucionais e identificaram possíveis lacunas ou melhorias necessárias.

Temas geradores:

- ❖ Você conhece as políticas de ações afirmativas da universidade? Quais foram mais úteis para você?
- ❖ Como a universidade poderia melhorar as políticas de acesso e permanência para mulheres indígenas?
- ❖ As políticas existentes atendem às suas necessidades como mulher e mãe-indígena? Se sim, de que maneira?

- **3º Encontro – Devolutiva**

O último círculo de cultura com as pesquisadas objetivou a divulgação dos resultados da pesquisa e a apresentação do produto técnico desenvolvido com base nas contribuições das mães-indígenas.

Objetivo:

- ❖ Apresentar os resultados dos círculos anteriores e o vídeo produzido.

O terceiro círculo, como devolutiva, foi essencial para consolidar um processo contínuo e colaborativo. A metodologia de Paulo Freire (2013) orienta essa abordagem, enfatizando o conhecimento coletivo como meio de transformação social.

Freire (2013) argumenta que o diálogo é uma ferramenta poderosa de conscientização e construção de conhecimento, promovendo a troca de saberes e o

aprendizado mútuo. Assim, os círculos de cultura proporcionaram um ambiente propício para que as mães-indígenas expressassem suas vivências, possibilitando a construção coletiva de significados e a identificação de estratégias comuns para superar obstáculos. Todos os círculos de cultura tiveram duração de até duas horas, de forma coletiva, nas instalações da universidade e foram filmados e gravados por meio de um celular.

O diário de campo é uma ferramenta crucial na prática etnográfica, permitindo o registro e a análise das experiências observadas e compartilhadas. Segundo Weber (2001), é nesse espaço que se exerce a "disciplina" etnográfica, acumulando materiais que viabilizam a análise das práticas, discursos e posicionamentos das participantes.

Além disso, o diário desempenha um papel importante na manutenção das relações entre o etnógrafo e os participantes, permitindo que este mantenha sua posição como observador. Este instrumento não apenas descreve e analisa os fenômenos estudados, mas também elucida um processo de observação mútua nas interações da pesquisa.

Weber (2001) destaca que existem diferentes dimensões do diário de investigação, como o diário de pesquisa e o diário íntimo, que muitas vezes são confundidas com a forma canônica do diário etnográfico. Essa confusão pode gerar ambiguidades nas discussões sobre a utilização e a publicação de diários etnográficos.

O diário de campo foi utilizado ao longo de todo o processo de pesquisa, permitindo o registro de observações e reflexões da pesquisadora durante as interações com as participantes. Por fim, conforme Oliveira (2014), o diário é uma ferramenta crucial de registro, mesmo quando se utiliza entrevistas gravadas, pois permite captar detalhes sutis, como expressões emocionais, que a transcrição das falas não revela. Além disso, o diário é fundamental para documentar tanto as observações diretas quanto os sentimentos e percepções do pesquisador, proporcionando uma análise mais rica e contextualizada do ambiente de pesquisa.

4.5 Estratégias para análise dos dados

Para Vitorino (2019, p. 9), "A prática do diálogo democrático no ambiente educacional permite uma discussão corajosa de suas problemáticas internas". Essa perspectiva se alinha com a visão de Freire (2013), que afirma que "[...] o

conhecimento [deve ser] pensado como algo que se produz junto, fazendo circular a palavra e, com isso, potencializando a prática de um pensar coletivo” (Menezes; Bergamaschi, 2018, p. 2). Nesse sentido, ambos os autores destacam a importância do diálogo e da colaboração no processo educativo, criando um ambiente no qual as questões sociais e culturais podem ser discutidas de forma conjunta e transformadora.

Todos os círculos de cultura foram registrados em vídeo e áudio por uma profissional contratada para realizar a captação audiovisual, utilizando um celular de uso exclusivo da pesquisadora. Após cada encontro, os arquivos foram transferidos e armazenados em um HD externo, garantindo a segurança, o sigilo e a integridade dos dados coletados. A transcrição das falas foi realizada pela pesquisadora, assegurando sigilo e confidencialidade das informações. Para preservar o anonimato e a privacidade das participantes, foi adotado um sistema de codificação que as identifica no texto como “Mãe-indígena A” e “Mãe-indígena B”, conforme a ordem de participação nos Círculos de Cultura.

Em seguida, realizou-se a leitura dessas transcrições para identificar unidades de significado - trechos ou expressões que reflitam os sentidos atribuídos pelas participantes às suas vivências e experiências. Desse modo, a análise dos dados desse estudo seguiu uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender os sentidos construídos nas narrativas das participantes. A partir de uma reflexão coletiva e colaborativa sobre suas experiências, será possível aprofundar a compreensão dos significados atribuídos por elas ao longo do estudo (Menezes; Bergamaschi, 2018).

Complementando essa perspectiva, Minayo (2019) reforça que a análise qualitativa, quando realizada de maneira sistemática e detalhada, garante a fidelidade interpretativa e a profundidade necessária para entender os fenômenos estudados em seu contexto específico. A utilização dessa metodologia permitiu uma descrição minuciosa das informações extraídas, com foco nas inter-relações entre as diferentes categorias temáticas identificadas. Isso contribuiu para a construção de uma narrativa coerente sobre os desafios enfrentados pelas mães-indígenas universitárias, bem como as estratégias por elas adotadas para equilibrar suas responsabilidades acadêmicas, culturais e familiares.

Por meio dessa análise, identificou-se os principais obstáculos e barreiras vivenciados por essas mulheres no contexto universitário, mas também elementos de resiliência e suporte que contribuem para sua permanência na universidade. Dessa forma, a análise dos dados subsidiou a formulação de algumas recomendações que

visam a criação de políticas e práticas institucionais mais inclusivas e sensíveis às necessidades dessas mães, contribuindo para um ambiente universitário mais equitativo e acolhedor.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Identificação da população indígena universitária

O levantamento realizado junto ao DAE/UFSC aponta que, no semestre de 2025/1, havia 238 estudantes autodeclarados indígenas matriculados na universidade, dos quais 103 são do sexo feminino e 135 do sexo masculino. Conforme dados coletados com a Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais (COEMA) em 2025, há na UFSC 15 mães-indígenas. Esses dados oficiais constituem uma referência importante para dimensionar a presença indígena no ensino superior e sinalizam a ampliação do acesso promovido pelas políticas afirmativas implementadas nos últimos anos.

No entanto, as falas das participantes ao longo dos Círculos de Cultura revelaram nuances que enriquecem e, por vezes, tensionam esse retrato quantitativo. Algumas participantes relataram números distintos dos apresentados oficialmente, não no sentido de contrapor os dados institucionais, mas de evidenciar que as estatísticas não capturam integralmente a pluralidade de experiências vividas. Desse modo, os dados quantitativos e as narrativas qualitativas se complementam, revelando que conhecer a população indígena na universidade envolve tanto os registros formais quanto a escuta das próprias estudantes.

A inserção de estudantes indígenas na UFSC é um processo que reflete tanto o avanço das políticas públicas quanto as limitações ainda existentes no âmbito institucional. As mães-indígenas participantes mencionaram que a presença indígena na universidade não se resume à ocupação de vagas, mas à vivência de trajetórias marcadas por (re)existências, pela busca de pertencimento e pela tentativa de manter viva a identidade cultural dentro de um espaço historicamente pensado para outros sujeitos. Além disso, o levantamento de dados quantitativos, embora necessário, não contempla as dimensões afetivas, culturais e simbólicas que atravessam a vida das estudantes.

Um aspecto central que surgiu nas falas foi a maternidade. Ao questionar quantas das estudantes indígenas são mães, percebe-se não apenas a relevância do tema, mas também a necessidade de olhar para esse marcador social como parte da experiência acadêmica. As narrativas indicam que a maternidade atravessa a vida universitária, influenciando a disponibilidade de tempo, a organização dos estudos e

as estratégias de permanência. O pertencimento indígena é um processo dinâmico e coletivo e, no caso das mães, é atravessado pela maternagem e pela responsabilidade de garantir não apenas o próprio futuro, mas também o dos filhos. Essa dupla jornada - ser estudante e mãe - transforma profundamente a relação dessas mulheres com a universidade. Elas carregam consigo os filhos, os modos de vida das aldeias e as lutas por reconhecimento que ultrapassam o âmbito acadêmico.

Outro ponto destacado refere-se à diversidade de formações familiares. Embora a maternidade tenha sido mais enfatizada pelas participantes, também foram mencionados casos de pais indígenas que assumem responsabilidades diretas no cuidado com os filhos. Esse aspecto amplia a discussão sobre permanência e revela a importância de pensar políticas e práticas institucionais que contemplem arranjos familiares plurais, sem se restringir a um modelo único.

Assim, a identificação da população indígena universitária na UFSC não se resume a números ou estatísticas. É preciso compreender as experiências subjetivas e coletivas dessas mulheres, que, ao ocuparem o espaço acadêmico, também o transformam. Suas presenças questionam estruturas, tensionam normas e ampliam o significado da universidade pública, evidenciando que a diversidade não é apenas um dado estatístico, mas um processo vivo de construção e reconhecimento.

A presença das mães-indígenas, especificamente, desafia a instituição a repensar suas formas de acolhimento e a questionar quais vidas e modos de existir são realmente legitimados dentro do espaço universitário. Desse modo, mais do que contabilizar presenças, trata-se de reconhecer experiências e fortalecer condições de permanência que assegurem a pluralidade de existências no espaço acadêmico.

5.2 A maternidade e a maternagem indígena como forma de existência e resistência

Antes de avançar na discussão, é importante diferenciar maternidade e maternagem, termos utilizados de maneira complementar nesta pesquisa. A maternidade refere-se às dimensões sociais e culturais que atribuem às mulheres o lugar de gestar, criar e sustentar a vida, enquanto a maternagem diz respeito às práticas cotidianas de cuidado, afeto e transmissão de significados (Angelin; Dutra; Araujo, 2025).

Considerando que a cultura representa um sistema de sentidos historicamente construídos e compartilhados, compreender a maternagem indígena implica reconhecer esses modos de cuidado como práticas simbólicas que organizam a vida coletiva e a continuidade do grupo. Nessa perspectiva, o cuidado não é apenas uma ação individual, mas um processo relacional que envolve diálogo, reciprocidade e construção conjunta de significados, em consonância com a centralidade do diálogo na produção de saberes (Freire, 2013; Menezes; Bergamaschi, 2018).

Desse modo, ao utilizar ambos os termos, evidencia-se que as experiências das mães-indígenas articulam responsabilidades sociais amplas, mas também práticas de cuidado que expressam resistência, pertencimento e modos próprios de existir. Essa diferenciação também permite uma análise mais sensível às dinâmicas culturais que estruturam suas vivências, conforme orienta a abordagem qualitativa que busca aprofundar sentidos e interpretações (Minayo, 2019).

Diante disso, a presença de mães-indígenas na universidade traz à tona um conjunto de questões que ultrapassam a dimensão individual e se inserem em um campo coletivo de luta e afirmação. Mais do que uma condição biológica, a maternidade foi apresentada pelas participantes como uma experiência profundamente marcada por elementos culturais, comunitários e políticos. O exercício da maternagem, em meio ao ambiente acadêmico, configura-se como uma forma de existência e resistência diante das estruturas que historicamente marginalizam os povos indígenas. Conforme já indicado por estudos como os de Calegare e Santos (2025), a mulher indígena, quando atravessada por marcadores étnicos e de gênero, tende a potencializar desigualdades.

Essa resistência manifesta-se, em primeiro lugar, na própria permanência no espaço universitário. Estudar, cuidar dos filhos e trabalhar representa uma quebra de expectativas sociais e institucionais que, muitas vezes, naturalizam a exclusão dessas mulheres. A Mãe-indígena B resume o peso do julgamento social ao afirmar: “A maternidade, ela é malvista, é como se a mãe não pudesse estar na universidade”. A Mãe-indígena A complementa, expondo o contraste com a vida na comunidade:

Dentro da aldeia se a gente faz uma coisa, é para todos [...] você não é excluído de uma vivência social quando você é mãe e aqui você percebe que você é excluído da sua convivência social e você é julgada ainda se você ousa ter uma vida social, porque as pessoas perguntam assim para ti: mas cadê teu filho? É uma coisa punitiva, de te cobrar.

Essa sensação de não pertencimento fragiliza o vínculo com a instituição e pode levar ao isolamento. O enfrentamento começa pela crítica à visão “excludente” da universidade, que não reconhece a presença das crianças como legítima. Nos Círculos de Cultura, as mães relataram as dificuldades de exercer a maternagem em um espaço ainda pouco preparado para acolher crianças.

O cotidiano envolve conciliar atividades acadêmicas com o cuidado dos filhos em contextos nos quais não há, necessariamente, infraestrutura ou práticas institucionais que facilitem essa vivência. Em muitos casos, o simples ato de levar o filho para a aula tornou-se motivo de constrangimento ou repreensão. A Mãe-indígena A relatou: *“Foi bem difícil [...] ensinar que ela tinha que ficar quieta, levar ela em certos lugares e as pessoas ficarem olhando com cara estranha [...] como se ali não fosse o lugar de uma criança”*. Outra situação demonstra de forma contundente as barreiras simbólicas e práticas enfrentadas, como no caso da alimentação: *“Teve momentos de as crianças serem barradas no restaurante universitário [...] isso era bem pesado, porque as crianças precisavam estar ali”* (Mãe-indígena B). A falta de ambientes destinados ao acolhimento infantil e a inexistência de políticas específicas para estudantes com filhos foram, assim, apontadas como fatores que geram insegurança e sentimentos de não pertencimento.

Em contraste, a maternidade indígena, diferentemente da concepção ocidental individualizada, está enraizada em um princípio comunitário. Cuidar de uma criança é uma responsabilidade coletiva, um ato de partilha e solidariedade. Contudo, ao ingressarem em um ambiente institucionalizado, essas mães se deparam com uma estrutura que delega o cuidado exclusivamente à mulher. A Mãe-indígena A evidencia essa ruptura: *“Na aldeia, a nossa convivência é plena e aqui é tudo separado”*. Enquanto nas comunidades indígenas a criança é parte do convívio social e da vida cotidiana, na universidade sua presença é muitas vezes percebida como uma *“perturbação à ordem acadêmica”* (Mãe-indígena A). Essa diferença evidencia o quanto o modelo institucional ainda se orienta por uma visão eurocentrada e individualista, que desconsidera outras formas de viver, cuidar e educar.

Apesar dos desafios, a maternagem não se restringe a um fardo ou a uma sobrecarga: ela também é concebida como força motriz para permanecer na universidade e transformar esse espaço em um território mais inclusivo. A Mãe-indígena B afirma que

[...] o que nos dá força para seguir, é ver essas pequenas conquistas [...] que para gente é muito importante. Então se hoje eu posso ter um alojamento e posso ter minha filha no meu quarto, ter essa privacidade é um avanço, se os meus colegas que estão chegando e já entram na universidade, já recebem uma bolsa no próximo mês, isso é um avanço.

No entanto, a Mãe-indígena A alerta que o limite da resistência está no cuidado: *“Nunca pensei em desistir da universidade por coisas que eu passei [...] a não ser quando se trata da [filha], porque é bem difícil”*. Nesse sentido, a maternagem ganha um significado político. Ao trazer os filhos para o espaço universitário, essas mulheres rompem os silêncios e expõem que a maternidade indígena não pode ser invisibilizada.

A Mãe-indígena A reforça essa recusa à despersonalização, afirmando: *“A gente não é só estudante, a gente é estudante indígena, a gente é indígena [...] não tem como a gente deixar nossa identidade lá na aldeia e chegar aqui e se tornar uma outra coisa que a gente nunca foi”*. Para Fernandes e Maciel (2025), a presença de estudantes indígenas demanda um reposicionamento institucional que ultrapasse a lógica de inclusão formal e passe a considerar o cuidado como dimensão legítima da vida acadêmica. A maternidade indígena, portanto, desafia a universidade a reconhecer o cuidado como parte integrante da vida acadêmica e não como um desvio da norma.

As mães defendem que o acolhimento não deve depender apenas de redes informais e apontam a necessidade de criar espaços físicos e simbólicos dentro da universidade que reconheçam as crianças indígenas como parte da comunidade acadêmica. A proposta de um “lugar para nossos filhos” surgiu nos Círculos de Cultura como uma reivindicação coletiva. A Mãe-indígena B descreve esse ideal:

Se a gente tivesse um lugar em que as crianças pudessem ficar, que aprendesse mais a cultura dos povos indígenas, que trocassem [...] tem as línguas, as tradições, os diferentes povos [...] um espaço adequado [...] iria ajudar muito porque a criança poderia ter um espaço para ela, um espaço de pertencimento, de fortalecimento também, dessa presença indígena no meio urbano [...] isso é um ideal que a gente almeja.

A ideia remete às experiências das chamadas “casas de pensamento” (casas de saberes indígenas), existentes em países como a Colômbia (Ramírez, 2018). Essa luta por um espaço próprio é constante, e a Mãe-indígena B sintetiza essa realidade: *“Tudo que a gente tem hoje é algo conquistado, nunca foi algo dado, nunca foi algo pensado pela universidade”*. A maternagem, no contexto das estudantes indígenas da

UFSC, revela-se, portanto, um fenômeno complexo: ao mesmo tempo em que expõe as fragilidades estruturais da universidade para lidar com a diversidade, também se afirma como potência de transformação social e acadêmica.

5.3 Redes de apoio e os modos de cuidado intercultural

Ao refletirem sobre os desafios da maternagem no espaço universitário, as participantes destacaram de forma recorrente a importância das redes de apoio. Estudar e cuidar dos filhos, longe de suas comunidades e de suas famílias, têm exigido dessas mulheres a construção de novas formas de suporte, muitas vezes marcadas pela solidariedade entre estudantes indígenas, por parcerias informais e pela criação de estratégias coletivas para lidar com as exigências da vida acadêmica. Essa necessidade de apoio revela que, para além das questões individuais, a permanência de mães-indígenas na universidade está diretamente vinculada à existência de ambientes de acolhimento que garantam condições adequadas tanto para as estudantes quanto para seus filhos.

Diante da ausência de políticas institucionais voltadas às mães-indígenas, as redes de apoio tornam-se essenciais para garantir a permanência na universidade. Essas redes, muitas vezes informais, são formadas por colegas, amigas, vizinhas e outros estudantes que compreendem a importância de compartilhar o cuidado. Nos Círculos de Cultura, as participantes descreveram essas redes como espaços de afeto, cooperação e resistência. As alianças formadas entre mães-indígenas e não indígenas, bem como entre colegas de curso, revelam uma tentativa coletiva de driblar as barreiras institucionais. A Mãe-indígena A ilustra essa solidariedade: *“Muitas vezes um amigo a recebe chegando da escola porque eu ainda estou presa numa aula. Então essa coletividade fortalece e fortalece também esse vínculo com as crianças”*. Essa fala demonstra que o cuidado, quando compartilhado, assume um papel político de enfrentamento à solidão e ao isolamento que marcam a experiência universitária dessas mulheres. Sem o apoio de creches ou espaços adequados, são as redes de solidariedade que sustentam o cotidiano, garantindo não apenas a sobrevivência prática, mas reafirmando o valor da coletividade e da solidariedade como fundamentos da permanência indígena.

O contraste entre o modelo de cuidado da universidade e o princípio comunitário da maternidade indígena é evidente. A universidade, ao não compreender

essa diferença, acaba por impor às estudantes indígenas uma forma de vida que desconsidera a coletividade como base de existência. Esse cenário evidencia a tensão entre uma universidade que se pretende inclusiva e as práticas cotidianas que, na ausência de redes formais de apoio, acabam por invisibilizar a presença das crianças indígenas no espaço acadêmico. A sobrecarga vivenciada é intensa, e como expressou a Mãe-indígena B: *“A mãe tem que dar conta de tudo, se a mãe não der conta de uma coisa, ela já não é uma boa mãe, então isso é muito pesado”*. Essa sobrecarga é aliviada, em parte, quando o cuidado é compartilhado nas redes.

A discussão sobre redes de apoio também traz à tona a dimensão cultural. Como destacaram as estudantes, muitas crianças indígenas estão sendo criadas em contextos urbanos e universitários, afastadas de suas comunidades de origem. Isso gera preocupações em relação à transmissão da língua, dos saberes e das práticas tradicionais, já que a ausência de redes comunitárias pode fragilizar a relação das crianças com suas culturas. Nesse sentido, emerge a necessidade de pensar estratégias institucionais que reconheçam a centralidade da cultura no desenvolvimento infantil e que fortaleçam os vínculos comunitários mesmo em contextos urbanos.

Inspiradas em experiências de outros países, as mães também propuseram ideias que poderiam fortalecer o cuidado coletivo dentro da universidade. Uma referência inspiradora mencionada no processo de pesquisa foi a tese de Olga Lucía Reyes Ramírez (2018), da Colômbia, que trata das chamadas “casas de pensamento”. Esses espaços, criados em áreas urbanas, funcionam como escolas indígenas para indígenas, possibilitando que crianças tenham acesso à educação formal sem se desvincular de suas tradições, línguas e cosmologias.

A ideia sugere caminhos para se pensar em iniciativas semelhantes na UFSC: espaços voltados para o cuidado e a formação das crianças indígenas, em diálogo com suas culturas e comunidades, que também favoreçam a permanência acadêmica de mães e pais indígenas. Além disso, as próprias participantes apontaram sugestões para fortalecer redes de apoio no âmbito da UFSC, como a criação de parques, espaços de convivência e atividades culturais que possam acolher as crianças em um ambiente respeitoso e integrador. A proposta de realizar piqueniques, encontros comunitários e eventos culturais aparece como alternativa simbólica e prática para criar um sentimento de pertencimento e para aproximar as crianças da universidade como espaço de convivência e de formação ampliada.

Portanto, pensar redes de apoio para mães-indígenas na universidade implica muito mais do que ofertar auxílios ou benefícios econômicos – trata-se de construir uma estrutura de acolhimento real, que valorize a presença das crianças e reconheça a maternagem como parte legítima da vida acadêmica. Essa perspectiva desloca a universidade de uma lógica excludente e a aproxima de um modelo intercultural, em que diferentes modos de viver e educar possam coexistir em igualdade de condições.

5.4 Ações afirmativas e o desafio da permanência

O ingresso de estudantes indígenas na UFSC é resultado de um processo histórico de mobilização social e política. A instituição, por decisão do Conselho Universitário (CUn), instituiu seu Programa de Ações Afirmativas em 2008, adotando medidas inclusivas antes mesmo da aprovação da Lei nº 12.711/2012, que tornou obrigatória a reserva de vagas para estudantes egressos da rede pública em todas as instituições federais de ensino.

Atualmente, na UFSC, mais da metade das vagas de graduação é destinada a esse público por meio de políticas afirmativas, conforme estabelecido pela Resolução Normativa nº 52/CUn/2015 e normativas subsequentes. Outro passo significativo foi dado com a Lei nº 12.990/2014, que assegurou a reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais para pessoas negras, expandindo o escopo das ações reparatórias.

Contudo, como lembram Moehleck (2002) e Heringer (2002), as ações afirmativas não se restringem ao acesso: elas têm caráter reparatório e preventivo, buscando corrigir desigualdades históricas e criar oportunidades reais para grupos marginalizados. No caso dos povos indígenas, isso significa considerar modos de vida distintos, trajetórias culturais próprias e o direito de manter vivas suas cosmologias. Assim, a política de cotas, embora essencial, não esgota a demanda indígena no ensino superior, que exige um conjunto mais amplo de medidas voltadas para permanência, valorização identitária e interculturalidade.

Durante os Círculos de Cultura, as participantes destacaram que, embora reconheçam a importância das ações afirmativas para sua entrada na UFSC, o maior desafio se encontra na permanência. O ingresso garantido por meio das cotas não assegura as condições de conclusão do curso. Questões como moradia estudantil adaptada para famílias, alimentação infantil, acolhimento psicológico e suporte

pedagógico diferenciado foram frequentemente citadas como fatores decisivos. As mães destacaram que as políticas afirmativas não abrangem de forma suficiente as condições de permanência, produzindo exclusões sutis que não aparecem nas estatísticas, mas marcam profundamente suas trajetórias.

Nesse cenário, a permanência é sentida como um ato de resistência - um esforço contínuo para equilibrar as demandas do estudo, da maternagem e da vida longe da aldeia. As mães relataram que muitas vezes precisam lidar com rotinas exaustivas, horários inflexíveis e cobranças constantes, sem contar com o suporte institucional necessário. A Mãe-indígena B criticou a lógica da produtividade acadêmica, afirmando: *“Esse mundo branco aqui, ele exige muito das pessoas, ele exige cada vez mais e nunca tá bom, você sempre tem que produzir mais, mais e mais e mais, nunca tá bom, nunca é, é o suficiente e você nunca é visto numa singularidade”*. Essa fala sintetiza a tensão entre o tempo da universidade, regido pela produtividade e pela lógica do desempenho, e o da cultura indígena, que valoriza o tempo, o coletivo e o bem viver. A Mãe-indígena B também exemplifica o choque de ritmos ao dizer que: *“Não nos formamos no tempo dos não indígenas, porque a gente tem diversas lutas, reivindicações e a gente tem muita dificuldade para entender a linguagem acadêmica”*.

A Mãe-indígena A, por sua vez, descreveu as consequências da adaptação a esse ritmo acelerado e individualista, que leva ao sofrimento psíquico: *“Você é cobrado, você é julgado e não é pensado em nenhum momento no teu bem-estar, no teu jeito de socializar [...] você não consegue ter uma vida social [...] você tem uma vida só para ti, para o teu filho”*. O isolamento e a solidão aparecem como consequências diretas da falta de sensibilidade institucional. Além disso, a precariedade das condições de alimentação e moradia reforça o sentimento de vulnerabilidade. A dificuldade é clara na fala de uma das mães: *“Às vezes é [...] a [filha da Mãe-indígena B] não consegue se alimentar direito sabe [...] porque tá naquela correria, aí ela come um salgado, aí esse é o almoço dela, daí que saúde também que ela tem né, diante disso”*.

Diante desses desafios estruturais, o adoecimento mental surge como um tema recorrente. A Mãe-indígena A compartilhou um relato que revela como o tema da saúde mental ainda era permeado por tabus:

Eu tinha muito preconceito com essa questão da saúde mental, para mim era um tabu falar de saúde mental, né [...] eu tinha na cabeça que o adoecimento mental tinha a ver com algum problema, que a pessoa tinha algo patológico, então eu pensava: não, eu não tô doente [...] A saúde mental não quer dizer que você tá doente ou que você tá doido [...] na minha cabeça era isso.

No entanto, o contato com espaços de escuta e acolhimento tem possibilitado novas compreensões e formas de cuidado. A Mãe-indígena A prossegue, destacando o acesso à terapia mediado pelo projeto “UFSC Escuta Bem Viver”:

A terapia, ela acabou se tornando esse espaço para mim [...], mas foi graças a esse projeto e também, querendo ou não, foi graças à coletividade [...] foi graças ao coletivo que a gente conseguiu esse atendimento, porque senão a gente não teria conseguido também.

A Mãe-indígena B complementa, ao relacionar o sofrimento emocional ao afastamento cultural: “*O que me adocece é criar a minha filha presa, longe da minha cultura, e ver o sofrimento dela em estar na cultura do branco*”. O ingresso, portanto, não garante inclusão.

Como aponta a literatura sobre interculturalidade, não basta abrir as portas da universidade; é preciso transformar a própria instituição para que diferentes modos de ser e de aprender possam coexistir (Walsh, 2009). A maternagem, nesse sentido, é uma lente que amplia a compreensão sobre as lacunas das políticas públicas. As falas das participantes apontam que as ações afirmativas precisam ser constantemente defendidas e exigidas, pois ainda que a legislação exista, ela não se materializa automaticamente no cotidiano acadêmico. Ao contrário, torna-se ferramenta de luta e de resistência. Para as estudantes, é fundamental construir relações horizontais, em que seus saberes sejam reconhecidos como legítimos e em que possam participar da formulação de políticas que as afetam diretamente. A Mãe-indígena B sintetizou a força dessa resistência cotidiana: “*Tudo que a gente tem hoje é algo conquistado, nunca foi algo dado, nunca foi algo pensado pela universidade*”.

Assim, a efetividade das ações afirmativas não se limita ao ingresso, nem pode ser avaliada apenas pela conclusão formal dos cursos. No caso das mulheres indígenas, trata-se de garantir condições para que elas permaneçam na universidade de maneira digna, segura e culturalmente respeitosa, podendo transitar entre os múltiplos papéis que desempenham - como mães, estudantes, lideranças comunitárias e guardiãs de saberes tradicionais - sem que isso represente novas formas de sofrimento. Mais do que alcançar um diploma, suas trajetórias revelam a

necessidade de construir espaços onde suas identidades sejam reconhecidas, onde o cuidado com seus filhos seja legitimado e onde seus projetos de vida possam se fortalecer em diálogo com a coletividade. Nesse sentido, a permanência vai além da dimensão acadêmica: envolve pertencimento, acolhimento e a possibilidade de viver a universidade sem renunciar a quem são e do que sustentam culturalmente.

5.5 O acolhimento individual à interculturalidade institucional

Nos Círculos de Cultura, um dos pontos que emergiu com mais força foi a constatação de que a permanência de mães-indígenas na universidade não pode depender apenas da boa vontade de pessoas isoladas. As participantes relataram experiências positivas de acolhimento, quando professoras, colegas ou coordenadores demonstraram sensibilidade diante das situações em que precisaram levar suas crianças para as aulas ou atividades acadêmicas. No entanto, esses gestos, embora importantes, não possuem respaldo institucional, pois tais práticas ficam sujeitas à variabilidade das relações pessoais, gerando incerteza e insegurança.

A boa intenção individual não substitui a necessidade de institucionalizar acordos e criar políticas permanentes que garantam direitos. Nesse sentido, o acolhimento institucional não se resume a auxílios financeiros ou bolsas, mas envolve, sobretudo, o reconhecimento da maternagem como dimensão legítima da vida acadêmica.

De acordo com as falas das mães-indígenas participantes, embora existam avanços importantes na institucionalização de práticas de acolhimento, essas medidas ainda são percebidas como insuficientes ou inconsistentes no cotidiano. Elas relatam que a presença das crianças é permitida em alguns espaços da universidade, enquanto em outros há restrições ou orientações pouco claras, o que gera insegurança e constrangimentos. Essas percepções revelam, a partir de suas experiências, a necessidade de maior clareza e uniformidade nas políticas voltadas ao acolhimento de estudantes que são também mães, especialmente no contexto indígena.

A Mãe-indígena B trouxe um exemplo marcante da exclusão prática: *“Teve momentos de as crianças serem barradas no restaurante universitário [...] isso era bem pesado, porque as crianças precisavam estar ali”*. A Mãe-indígena B também compartilhou a dimensão simbólica dessa questão, que fragiliza o vínculo com a

instituição: *“A maternidade, ela é malvista, é como se ser mãe não pudesse fazer parte da [universidade], isso aqui não é para mães”*. Esses relatos trazem à tona que, ao não legitimar a presença das crianças, a instituição transmite mensagens de exclusão que repercutem na autoestima e no sentimento de pertencimento das estudantes.

A Mãe-indígena B descreve que conta com o apoio de amigos e pessoas próximas para acolher a filha quando seus compromissos acadêmicos coincidem com o horário escolar da adolescente, o que evidencia como a coletividade é essencial para sustentar o cotidiano dessas mulheres e fortalecer os vínculos afetivos com seus filhos. Pequenas situações do dia a dia universitário - como participar de reuniões de pesquisa, frequentar outros espaços acadêmicos ou comparecer a eventos - tornam-se desafiadoras quando não há espaço para a presença dos filhos, revelando o quanto essas mães dependem da solidariedade e da rede de apoio para conciliar maternidade e vida acadêmica.

Esse debate conecta-se diretamente às políticas de interculturalidade. Conforme argumentam autores como Walsh (2009), a interculturalidade não deve ser compreendida apenas como convivência harmônica entre culturas, mas como projeto político de transformação das instituições, no qual práticas historicamente invisibilizadas passam a ser reconhecidas e valorizadas. No caso da UFSC, isso significa considerar a presença de mães e crianças indígenas não como um “problema a ser gerido”, mas como parte constitutiva da vida universitária. A inclusão plena, nesse sentido, exige que o cuidado seja compreendido como dimensão social e política. A Mãe-indígena A reforça essa demanda por um acolhimento que respeite a integralidade da identidade, pois no entendimento dela para se viver em consonância com o tempo acadêmico deve-se respeitar o compasso da vida comunitária e pessoal da cultura dela.

Nesse cenário, torna-se fundamental refletir sobre como transformar boas intenções em práticas institucionais efetivas. Isso inclui a criação de regulamentos que permitam a presença das crianças em determinados espaços, a organização de locais adequados para acolhimento infantil, a oferta de atividades de convivência cultural e a formalização de acordos de permanência que contemplem a diversidade de arranjos familiares.

Portanto, a análise revela que a boa intenção, por si só, não basta. A inclusão de mães-indígenas e de seus filhos depende de um compromisso institucional mais robusto. As mães reforçam que o que conquistaram até hoje foi fruto de lutas e

resistências, não de políticas estruturadas pela universidade, como disse a Mãe-indígena B: *“Tudo que a gente tem hoje é algo conquistado, nunca foi algo dado, nunca foi algo pensado pela universidade”*. Essa constatação evidencia a necessidade de institucionalizar práticas de acolhimento que não dependam apenas da mobilização estudantil, mas que façam parte do compromisso formal da UFSC com a diversidade e a interculturalidade, garantindo a permanência com dignidade.

5.6 Acolhimento institucional: além da burocracia

O acolhimento institucional, no caso das mães-indígenas, não pode se resumir a auxílios financeiros ou benefícios pontuais. Ele envolve, sobretudo, o reconhecimento da maternidade como parte legítima da vida acadêmica e a compreensão da identidade em sua totalidade. A Mãe-indígena A expressou a demanda central por um acolhimento pensado em sua dimensão cultural, e não apenas administrativa.

A perspectiva cultural revela um profundo choque de ritmos e lógicas entre a vida indígena e o ambiente universitário. As mães-indígenas na universidade vivenciam o conflito entre o tempo acelerado da lógica acadêmica e o tempo do viver indígena, que respeita o fluxo natural da vida e dos processos coletivos. Como expressou uma das participantes, o tempo imposto pela instituição é excludente: *“Não nos formamos no tempo dos não indígenas, porque a gente tem diversas lutas, reivindicações e a gente tem muita dificuldade para entender a linguagem acadêmica”* (Mãe-indígena B). A universidade, ao impor um ritmo uniforme e rígido, desconsidera que cada sujeito carrega consigo tempos internos e coletivos que não se encaixam na rigidez dos calendários.

O cerne dessa tensão, segundo as narrativas das mães-indígenas, está relacionado a uma racionalidade mais ampla que atravessa as instituições contemporâneas. Elas percebem que a universidade, inserida nesse modelo social produtivista e individualizante, nem sempre reconhece a maternidade indígena em sua dimensão comunitária. Como resultado, relataram que frequentemente recaem sobre elas, individualmente, as responsabilidades do cuidado, sem que existam alternativas suficientemente claras ou estruturadas de apoio que dialoguem com suas formas próprias de maternar.

A Mãe-indígena A denunciou o caráter competitivo e adoecedor dessa estrutura:

A universidade te individualiza muito [...] a lógica da individualidade da universidade, ela é competitiva, o tempo todo as pessoas estão competindo entre si e isso adocece porque a gente vem de uma outra percepção, que a gente não vem dessa percepção de competir [...] a gente vem de uma percepção de coletividade, de ajuda mútua não de competir, quando a gente faz algo é para todos, não para si.

A partir das experiências narradas pelas participantes, torna-se evidente que, embora existam políticas voltadas ao acesso e permanência, elas ainda demandam fortalecimento para dialogar de modo mais sensível com as vivências das mães-indígenas. Segundo seus relatos, determinadas situações do cotidiano acadêmico expõem fragilidades na forma como essas medidas são implementadas, o que pode gerar insegurança e limitar o sentimento de pertencimento. Nesse sentido, as mulheres apontam para a necessidade de qualificar as ações já existentes, ampliando sua capacidade de acolher diferentes modos de maternar, conviver e circular na universidade.

Uma das mães relatou o “peso” em estar no ambiente acadêmico: “Você é cobrado, você é julgado e não é pensado em nenhum momento no teu bem-estar, no teu jeito de socializar [...] você não consegue ter uma vida social [...] você tem uma vida só para ti, para o teu filho” (Mãe-indígena A). Além disso, a sobrecarga imposta à mãe como única responsável pelo cuidado é constante: “A mãe tem que dar conta de tudo, se a mãe não der conta de uma coisa, ela já não é uma boa mãe, então isso é muito pesado” (Mãe-indígena B). A Mãe-indígena B também desabafou sobre a cobrança e a falta de sensibilidade: “Esse mundo branco aqui, ele exige muito das pessoas, ele exige cada vez mais e nunca tá bom, você sempre tem que produzir mais, mais e mais e mais, nunca tá bom, nunca é, é o suficiente e você nunca é visto numa singularidade”.

O acolhimento institucional, portanto, deve incluir práticas de cuidado coletivo e apoio psicológico, reconhecendo que a maternidade é atravessada por cobranças sociais que podem levar ao adoecimento. A percepção de que a universidade não legitima a presença das crianças contribui para um sentimento de não pertencimento, como relatou a Mãe-indígena B, ao destacar que ser mãe ainda é visto como algo

incompatível com o ambiente acadêmico, o que reforça a exclusão e o silenciamento dessas mulheres no espaço universitário.

Por fim, as mães reforçam que o que conquistaram até hoje foi fruto de lutas e resistências, não de políticas estruturadas pela universidade. A Mãe-indígena B sintetiza: “*Tudo que a gente tem hoje é algo conquistado, nunca foi algo dado, nunca foi algo pensado pela universidade*”. Essa constatação evidencia a necessidade urgente de institucionalizar práticas de acolhimento que não dependam apenas da mobilização estudantil, mas que façam parte do compromisso formal da UFSC com a diversidade e a interculturalidade, transformando a universidade em um espaço que de fato acolhe a presença indígena em sua plenitude.

5.7 Permanência, racismo institucional e o choque de epistemologias

A partir dos achados dos artigos analisados - Calegare e Sales (2023), Guzmán, Santos e Bianchini (2024), e Calegare e Santos (2025) - torna-se evidente que a trajetória acadêmica de mulheres indígenas está profundamente entrelaçada com contextos históricos de exclusão e processos contínuos de resistência. As autoras evidenciam que essas mulheres enfrentam um sistema educacional ainda pouco preparado para reconhecer suas identidades, acolher suas subjetividades e valorizar seus saberes. Contudo, também revelam uma notável capacidade de reinvenção e engajamento político, demonstrando que o espaço universitário, mesmo hostil, pode ser ressignificado a partir da presença ativa e crítica de sujeitos historicamente marginalizados.

A presença dessas mulheres nas universidades representa não apenas uma conquista individual, mas um ato coletivo de afirmação identitária, fortalecimento cultural e defesa dos direitos de seus povos. Tal processo confronta diretamente a lógica monocultural da universidade, desafiando currículos, práticas pedagógicas e estruturas de poder que historicamente invisibilizaram as epistemologias indígenas (Calegare; Sales, 2023; Guzmán; Santos; Bianchini, 2024; Calegare; Santos, 2025). As experiências relatadas nos estudos e nos Círculos de Cultura indicam que o acesso à universidade, embora fundamental, é insuficiente diante das profundas desigualdades que marcam a vivência de estudantes indígenas.

Nos diálogos, ficou evidente que diversos fatores contribuem para a impermanência das estudantes indígenas que são mães na universidade. Entre os

aspectos mais relevantes, destaca-se a dificuldade de adaptação ao ritmo acadêmico, que contrasta com a temporalidade mais flexível presente em suas culturas, sendo esta rotina acelerada, adoecedora.

Esse conflito se manifesta na lógica individualista que estrutura grande parte das práticas universitárias, orientadas por ritmos produtivistas e responsabilidades isoladas, e que contrasta com o princípio de coletividade que organiza a vida social dos povos indígenas, conforme destacam Geertz (1989) ao tratar dos sistemas culturais compartilhados e Menezes e Bergamaschi (2018) ao enfatizarem que os sentidos se constroem de forma relacional e comunitária.

A Mãe-indígena A descreveu o peso do individualismo e da ausência de sensibilidade: *“Você é cobrado, você é julgado e não é pensado em nenhum momento no teu bem-estar, no teu jeito de socializar [...] você não consegue ter uma vida social sabe [...] você tem uma vida só para ti, para teu filho”*. Ela complementa o contraste com a aldeia, onde o cuidado é comunitário: *“Para te cuidar do teu filho e cuidar de tudo e não existe nenhuma sensibilidade assim é diferente da aldeia, porque na aldeia, por exemplo, a gente não divide as coisas [...] fazemos juntos”*. A lógica universitária, na visão das mães, é isoladora e essa exclusão é vivenciada no cotidiano, pois

[...] você não é excluído de uma vivência social quando você é mãe e aqui você percebe que você é excluído da sua convivência social e você é julgada ainda se você [...] ousa ter uma vida social, porque as pessoas perguntam assim para ti, mas cadê teu filho?

Caracterizando-se como *“[...] uma coisa assim já punitiva de te cobrar”* (Mãe-indígena A). A Mãe-indígena B corrobora, ao denunciar a lógica da produção:

Porque eu acho que esse mundo branco aqui, ele exige muito das pessoas, ele exige cada vez mais e nunca tá bom, você sempre tem que produzir mais, mais e mais e mais, nunca tá bom, nunca é, é o suficiente e você nunca é visto numa singularidade [...] não, você é mãe, você tem um tempo para o seu filho, você tá cansado, você precisa dormir até mais tarde né [...] nunca é isso e o cuidado do filho é muito centrado na mãe [...] a mãe tem que fazer comida, a mãe tem que, a mãe tem que dar conta de tudo, se a mãe não der conta de uma coisa, ela já não é uma boa mãe, então isso é muito pesado.

A Mãe-indígena A sumariza como a universidade, ao promover a competição, adoece esses sujeitos:

A universidade te individualiza muito [...] a lógica da individualidade da universidade, ela é competitiva, o tempo todo as pessoas estão competindo

entre si e isso adoece porque a gente vem de uma outra percepção, que a gente não vem dessa percepção de competir [...] a gente vem de uma percepção de coletividade, de ajuda mútua não de competir, quando a gente faz algo é para todos, não para si.

Embora o racismo institucional não constituísse o foco inicial da investigação, as participantes destacaram a necessidade de incorporá-lo, evidenciando que práticas discriminatórias seguem atravessando e estruturando o cotidiano. A Mãe-indígena B discorre: *“Eu acho que o racismo institucional é um pouco mascarado”*. Contudo, ele se manifesta em agressões explícitas:

No dia a dia, por exemplo, tem pessoas que passam na frente do alojamento, começam a fazer sinais com a mão [sinais de bater a mão na boca - remetendo à algum ritual da cultura indígena, mas que fora de contexto se torna uma ofensa] ou falar situações que nos ofendem.

O racismo institucional, nesse sentido, se expressa pela ausência de políticas que reconheçam e valorizem a diversidade, exigindo uma adaptação unilateral da estudante. A Mãe-indígena A reforça que ser indígena fora do território não se limita ao papel de estudante, é o que ela é, indiferente de onde estejam.

Essa estrutura excludente e a falta de sensibilidade se intensificam em momentos de maior vulnerabilidade, como o puerpério. A Mãe-indígena B descreve a ausência de acolhimento e a cobrança na sociedade não indígena:

A mulher tá ali, tá vulnerável, tá frágil, também precisa, precisa de um cuidado, precisa dormir bem, tem uma rotina exaustiva, mas ela é cobrada né [...] e esse mundo [branco] para mim aqui é um pouco isso [...] assim, quando tô lá na aldeia eu consigo é [...] é muito diferente assim [embargo da voz] [...] é só vocês vivendo sabe, meu pai falava assim... que você ser indígena tá na tua essência [...] isso me assusta bastante, principalmente para gente que é mãe, que é mulher [...] é violento isso é [...] a maternidade, ela é mal vista, é como se se mãe não pudesse fazer parte da escola, isso aqui não é para mães.

É urgente que as instituições invistam em políticas de permanência qualificada que considerem as dimensões culturais, linguísticas, territoriais e ontológicas dos povos originários. A permanência está fortemente relacionada à oferta de auxílios institucionais, como as bolsas do Programa de Assistência Estudantil para Estudantes Indígenas e Quilombolas (PAIQ), o acesso à creche, ao RU e à moradia estudantil que contemple também os filhos das estudantes indígenas. A ausência ou insuficiência desses apoios, como no caso da alimentação, compromete o bem-estar:

“Às vezes é [...] a [filha] não consegue se alimentar direito sabe [...] porque tá naquela correria, aí ela come um salgado, aí esse é o almoço dela, daí que saúde também que ela tem né, diante disso” (Mãe-indígena B).

A pressão da vida universitária, somada ao distanciamento cultural e à ausência de redes de apoio, leva ao adoecimento físico e emocional. O adoecimento mental surge como um tema recorrente, permeado por tabus. A Mãe-indígena A relata a dificuldade inicial de buscar ajuda:

A saúde mental não quer dizer que você, que você tá doente e que você tá doido [...] na minha cabeça era isso né [...] você não tá bem da sua saúde mental, porque você tá doido [...] na minha cabeça era isso [...] e aí ela [psicóloga] [...] ela [...] só que eu procurava ela porque eu, eu me sinto muito insegura para falar sobre as minhas questões, apesar que eu me exponho muito.

O que se pode perceber nos relatos é que a terapia tem se mostrado um espaço fundamental na trajetória, especialmente quando viabilizada por meio de projetos como o “UFSC Escuta Bem Viver” e sustentada pelo apoio da coletividade. Embora haja esta ação da universidade, para a Mãe-indígena B, a causa do sofrimento é cultural: *“[...] o que a adocece é criar a filha presa, longe da sua cultura e ao ver o sofrimento da filha em estar na cultura do ‘branco’”*.

Diante do relato, reforça-se, assim, a necessidade de políticas públicas antirracistas e decoloniais que desestabilizem hierarquias epistêmicas, transformem as estruturas acadêmicas e assegurem uma universidade verdadeiramente plural. Por fim, as mães reforçam que o que conquistaram até hoje foi fruto de lutas, resiliência e resistências.

5.8 Propostas de transformação: um lugar para nossos filhos

A proposta de criar um espaço onde as crianças possam aprender sobre a cultura dos povos indígenas - suas línguas, tradições e diferentes etnias - emerge como uma das principais e mais concretas reivindicações das mães-indígenas. Esta iniciativa tem como principal objetivo o fortalecimento das línguas originárias e das práticas culturais indígenas. A iniciativa busca proporcionar um ambiente enriquecedor, que valorize e incentive a vivência cultural desde a infância, integrando o cuidado à formação.

Esta proposição foi reafirmada pela Mãe-indígena B:

Se a gente tivesse um lugar em que as crianças pudessem ficar, que aprendesse mais a cultura dos povos indígenas, que trocassem também né [...] porque [...] enfim [...] têm as línguas, as tradições, os diferentes povos [...] seria bem bacana assim, seria um espaço muito bacana assim e o fortalecimento da língua, das práticas [...] é [...] e a gente tem pessoas até aqui que estudam, por exemplo né [...] que, que poderiam atuar com essas crianças.

As mães afirmam que os benefícios de hoje são frutos de suas lutas, debates e ações do/e para o coletivo – conotando que a resistência e perseverança foram as suas bases de luta e ações dentro da universidade. As análises apresentadas neste capítulo evidenciam que a trajetória das mães-indígenas na UFSC ultrapassa as fronteiras da vida acadêmica. Suas experiências revelam as contradições entre o discurso institucional de inclusão e a realidade cotidiana marcada por desigualdades, ausência de políticas estruturadas e racismo institucional.

A maternagem, nesse contexto, emerge como uma categoria central para compreender as múltiplas dimensões da permanência. Ela é, ao mesmo tempo, prática de cuidado, experiência afetiva, estratégia política e forma de resistência. Longe de representar um obstáculo, a maternagem se transforma em força motriz - é por meio dela que essas mulheres afirmam suas identidades e reivindicam o direito de existir plenamente no espaço universitário.

No entanto, a fala da Mãe-indígena A evidencia como a maternidade indígena, sobretudo quando associada à juventude, ainda é atravessada por leituras moralizantes e estigmatizantes no ambiente universitário. Ela relata que, ao mencionar casualmente a um colega que tinha três filhos, ouviu como resposta: “Nossa, mas você é tão jovem [...] você estragou a tua vida”. Esse comentário revela não apenas um julgamento individual, mas a expressão de uma lógica social que entende a maternidade como obstáculo ou falha, especialmente quando exercida fora dos “padrões sociais” dominantes de planejamento familiar e carreira acadêmica.

Tais percepções reforçam a invisibilização das múltiplas formas de maternar presentes nas comunidades indígenas e colocam sobre essas mulheres uma carga simbólica negativa, que se soma aos desafios estruturais já existentes. Como apontam Menezes e Bergamaschi (2018), os sentidos atribuídos às experiências são construídos socialmente, e quando esses sentidos se organizam a partir de visões

coloniais e individualistas, acabam deslegitimando modos de vida que se sustentam na coletividade, na ancestralidade e no cuidado compartilhado.

Os relatos colhidos nos Círculos de Cultura revelam que, embora o acesso à universidade tenha sido ampliado pelas ações afirmativas, a permanência ainda é um desafio constante. As mães-indígenas enfrentam dificuldades de moradia, alimentação, transporte e acolhimento infantil, somadas ao peso simbólico de uma estrutura acadêmica que não reconhece plenamente suas especificidades culturais.

Mais do que a ausência de recursos, o que se observa é a falta de institucionalização das práticas de cuidado e acolhimento. A boa vontade individual de docentes e servidores, embora importante, não substitui o compromisso institucional de garantir condições reais de permanência. Como as participantes da pesquisa apontam, o acolhimento precisa deixar de ser uma exceção para tornar-se política de Estado dentro da universidade.

Também buscou-se mostrar que o acolhimento institucional deve ser compreendido como um ato intercultural. Isso significa reconhecer que a universidade é um espaço em disputa, onde diferentes temporalidades, epistemologias e modos de vida se encontram. A presença das mães e das crianças indígenas rompe com a lógica homogênea do ambiente acadêmico e convida a instituição a repensar suas práticas a partir do cuidado, da coletividade e da reciprocidade - valores fundamentais nas culturas indígenas.

A saúde mental aparece como um ponto de inflexão nessa trajetória. As experiências compartilhadas pelas mães indicam que o sofrimento psíquico está diretamente ligado à distância da aldeia, à solidão e à necessidade de adaptação a uma cultura que valoriza a produtividade em detrimento do bem viver. Projetos como o “UFSC Escuta Bem Viver” se mostram essenciais nesse cenário, oferecendo espaços de escuta e acolhimento que respeitam as particularidades culturais e emocionais dessas estudantes.

Além disso, o racismo institucional foi identificado como uma barreira estrutural, que atravessa desde as relações interpessoais até as políticas de gestão. As falas das participantes mostram que, muitas vezes, a universidade se apresenta como um ambiente que exige delas um tipo de neutralidade impossível - como se precisassem deixar de ser quem são para pertencer. Enfrentar o racismo, portanto, implica reconhecer a centralidade da identidade indígena na vida acadêmica e transformar as estruturas que sustentam práticas de exclusão.

Por fim, as mães-indígenas propõem caminhos concretos de transformação: a criação de espaços para as crianças, o fortalecimento das redes de apoio, a ampliação de programas de permanência estudantil e o reconhecimento da maternagem como dimensão legítima da vida universitária. A afirmação da Mãe-indígena B referindo-se às conquistas dentro da universidade, sintetiza a potência política dessas mulheres, que fazem da resistência uma prática cotidiana. Suas vozes não apenas denunciam as limitações institucionais, mas também anunciam outras possibilidades de existência e de universidade - uma universidade viva, plural e capaz de acolher o diferente sem exigir que ele se adapte.

Assim, as discussões aqui apresentadas apontam para a necessidade de repensar o papel da UFSC enquanto espaço público, formador e plural. Reconhecer as mães-indígenas e seus filhos como parte integrante da comunidade acadêmica é um passo decisivo para a construção de uma universidade verdadeiramente intercultural, comprometida com o bem viver, a equidade e a justiça social.

6 PRODUTO TÉCNICO

6.1 Contextualização da produção técnica

O produto técnico desenvolvido neste estudo consistiu na criação de um material didático em formato audiovisual, intitulado *“Entre redes e resistências: vozes de mães-indígenas na universidade”*, com duração aproximada de 16 minutos. O vídeo reúne imagens, fotografias e o relato de experiência de uma mãe-indígena universitária, articulando cenas captadas especialmente para a produção e outras oriundas do acervo pessoal da participante.

O produto é diretamente derivado do trabalho final de mestrado intitulado *“Vivências de mães-indígenas na universidade: desafios e possibilidades da implementação das políticas de ações afirmativas”*, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Psicologia (UNISC). A produção técnica configura-se, portanto, como desdobramento aplicado do percurso investigativo, articulando pesquisa, intervenção e prática profissional.

A escolha do audiovisual como formato da produção técnica decorre da necessidade de ampliar a circulação e a acessibilidade das narrativas produzidas ao longo da pesquisa. Considera-se que o texto acadêmico, por si só, tende a restringir o alcance do conhecimento a públicos especializados, enquanto o vídeo possibilita maior potência comunicacional, sensível e pedagógica.

O produto técnico está articulado à área de concentração em Saúde Mental e Práticas Sociais e à linha de pesquisa Práticas Sociais, Organizações e Cultura. Essa articulação se estabelece ao compreender a permanência de mães-indígenas no ensino superior como fenômeno atravessado por práticas institucionais, relações de poder, interculturalidade, pertencimento social e produção de saúde mental.

A relevância do produto justifica-se diante das lacunas ainda existentes nas políticas de permanência estudantil, especialmente no que se refere às mães-indígenas. Suas trajetórias acadêmicas são marcadas por sobrecarga, invisibilização e ausência de dispositivos institucionais culturalmente situados, o que impacta diretamente o bem-estar e a permanência dessas estudantes.

Nesse contexto, a maternidade indígena emerge como marcador de desigualdade, frequentemente compreendida de forma inadequada pelas estruturas universitárias. O produto técnico busca tensionar essa compreensão ao evidenciar a

maternidade como dimensão legítima da experiência acadêmica e da produção de conhecimento.

O público-alvo da produção técnica compreende docentes, técnicos-administrativos, gestores universitários, equipes da assistência estudantil, profissionais da saúde mental e comissões de ações afirmativas. De forma ampliada, o produto também se destina a estudantes, à comunidade externa e a coletivos indígenas envolvidos com a temática da educação superior.

Assim, a finalidade do produto técnico é sensibilizar e promover reflexão crítica acerca das condições de permanência das mães-indígenas no ensino superior. Além disso, o material visa subsidiar processos formativos e institucionais que contribuam para a construção de uma universidade mais inclusiva, intercultural e comprometida com a promoção da saúde mental e do bem viver.

6.2 Construção do produto técnico

A construção do produto técnico ocorreu a partir de uma abordagem qualitativa, colaborativa e participativa, fundamentada na pedagogia freiriana e na perspectiva da interculturalidade crítica. Essa abordagem permitiu compreender as experiências das mães-indígenas a partir de suas próprias narrativas, valorizando saberes situados e processos coletivos de produção de conhecimento.

O processo de construção teve como base a realização de três encontros organizados a partir da metodologia dos Círculos de Cultura (Freire, 2013). Esses encontros possibilitaram a escuta sensível, o diálogo horizontal e a construção coletiva de sentidos entre as participantes e a pesquisadora.

Os Círculos de Cultura configuraram-se como espaços de partilha das experiências de maternidade indígena no contexto universitário. Nesses espaços, foram discutidos desafios vivenciados na universidade, estratégias de permanência, redes de apoio e proposições para o fortalecimento de políticas institucionais.

As falas emergidas nesses encontros orientaram diretamente a concepção do produto técnico, desde a definição do foco narrativo até a seleção dos principais eixos temáticos. Dessa forma, o audiovisual foi construído a partir das demandas e sentidos atribuídos pelas próprias participantes, respeitando a centralidade de suas vozes.

A captação das imagens ocorreu em ambiente universitário, especificamente em uma sala de aula da Universidade Federal de Santa Catarina, espaço simbólico

das vivências narradas. A escolha desse local favoreceu o resgate de experiências concretas e reforçou a dimensão institucional das narrativas apresentadas.

Além das imagens captadas, foram utilizadas fotografias pessoais da participante e imagens representativas, sempre com autorização prévia e cuidado ético. Esses recursos visuais contribuíram para enriquecer a narrativa e fortalecer sua dimensão simbólica e pedagógica.

O processo de edição priorizou a autenticidade do relato, mantendo a fala da mãe-indígena como eixo central do produto. Frases extraídas dos Círculos de Cultura foram incorporadas ao longo do vídeo como elementos de reforço analítico, articulando experiência vivida e reflexão crítica.

Desse modo, a construção do produto técnico não se configura como etapa acessória da pesquisa. Ao contrário, constitui-se como desdobramento direto do percurso metodológico e analítico do trabalho final, reafirmando a indissociabilidade entre pesquisa, intervenção e prática profissional, característica dos mestrados profissionais.

6.3 Produto técnico: material didático audiovisual

O produto técnico final caracteriza-se como um material didático audiovisual de natureza formativa e interventiva. Seu objetivo principal é ampliar a visibilidade das vivências das mães-indígenas no ensino superior e fomentar reflexões institucionais sobre permanência estudantil, interculturalidade e saúde mental.

O vídeo assume função pedagógica ao possibilitar seu uso em formações de servidores e docentes, capacitações institucionais e reuniões de gestão. Também pode ser utilizado em projetos de extensão, disciplinas acadêmicas e ações de sensibilização voltadas à comunidade universitária. Segundo Moran, Masetto e Behrens (2024), os recursos audiovisuais favorecem aprendizagens significativas ao articular informação, sensibilidade e participação, ampliando o alcance do conhecimento para além dos espaços tradicionais de ensino.

A formação continuada de técnicos-administrativos, docentes e gestores é compreendida como eixo estratégico para a efetivação das políticas de permanência estudantil, uma vez que são esses profissionais que operam, cotidianamente, as práticas institucionais de acolhimento e acompanhamento dos estudantes (Manhães; Solis, 2020). Nessa perspectiva, a formação institucional continuada contribui para

que os profissionais da universidade desenvolvam práticas mais sensíveis às diferenças e às condições concretas de vida dos estudantes.

Tal compreensão dialoga com Freire (2013), ao afirmar que o processo educativo - em qualquer espaço institucional - exige o reconhecimento do outro como sujeito histórico, produtor de saberes e portador de dignidade. Nesse sentido, o produto técnico configura-se como recurso formativo capaz de subsidiar processos contínuos de sensibilização e qualificação institucional, preferencialmente articulados com lideranças indígenas e especialistas em interculturalidade.

O público-alvo do produto está diretamente relacionado à sua finalidade formativa e institucional. Trata-se de atores estratégicos envolvidos na formulação, implementação e avaliação de políticas universitárias, bem como profissionais que atuam diretamente no acolhimento e acompanhamento de estudantes indígenas.

No que se refere à inovação, o produto técnico apresenta avanço metodológico e formativo ao utilizar o audiovisual como estratégia de intervenção psicossocial e institucional. A produção articula escuta qualificada, participação dos sujeitos envolvidos e tradução do conhecimento acadêmico em linguagem acessível, atendendo aos critérios de inovação, aplicabilidade e impacto social preconizados para produtos técnicos no âmbito dos mestrados profissionais.

O produto caracteriza-se como inovação ao transformar narrativas situadas em recurso formativo e pedagógico, com potencial de qualificar práticas institucionais e subsidiar políticas de permanência no ensino superior. Dessa forma, o material configura-se como produto técnico consistente, alinhado às diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Brasil, 2019), ao promover intervenção na realidade, possibilidade de uso continuado e contribuição concreta para o campo profissional.

A replicabilidade do produto reside no método empregado, baseado na escuta sensível, nos Círculos de Cultura e na produção audiovisual. Esse método pode ser adaptado a outros contextos universitários, povos indígenas ou grupos sociais que enfrentem desafios semelhantes relacionados à permanência no ensino superior.

A abrangência potencial do produto é ampla, permitindo sua utilização em diferentes instituições de ensino superior e em políticas públicas voltadas à permanência estudantil, à saúde mental e à promoção da interculturalidade. Dessa forma, o material ultrapassa o contexto específico da pesquisa e contribui para debates mais amplos no campo educacional e psicossocial.

O acesso ao produto técnico será garantido por meio do link: <https://drive.google.com/file/d/1fqn34ILp7Fr5sgKG97HeHPVZ1k-joARp/view?usp=sharing>. Além disso, apresenta-se na Figura 1, a capa do produto técnico, com o objetivo de tornar visível sua identidade visual e facilitar o reconhecimento do material.

Figura 1 - Capa do produto técnico “Entre redes e resistências: vozes de mães-indígenas na universidade”



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Por fim, o produto técnico reafirma que garantir acesso à universidade não é suficiente sem políticas efetivas de permanência. Escutar as mães-indígenas constitui um ato ético e político que convoca a instituição à responsabilidade coletiva e à construção de práticas universitárias mais justas, interculturais e comprometidas com o bem viver.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou observar de perto as vivências de mães-indígenas no contexto universitário e, sobretudo, desenvolver um novo olhar e uma nova escuta - um olhar que só se constrói quando nos permitimos escutar verdadeiramente o outro. Ao retomar o problema que orientou este estudo, compreende-se que a investigação buscou analisar como as mães-indígenas experienciam a universidade e de que forma as políticas de ações afirmativas e de permanência estudantil dialogam, ou não, com seus modos próprios de viver, maternar e aprender. Os objetivos propostos foram enfrentados ao longo do percurso investigativo por meio de uma abordagem qualitativa, comprometida com a escuta sensível e com a produção coletiva de sentidos.

Os Círculos de Cultura constituíram-se como um território privilegiado de partilha, reflexão e aprendizado mútuo. Por meio desses encontros, emergiram reflexões profundas sobre maternidade, pertencimento e resistência, revelando que a maternagem, para as mulheres indígenas participantes, ultrapassa o âmbito individual e assume uma dimensão comunitária, cultural e política. Ser mãe, nesse contexto, mostrou-se também como uma forma de lutar pela continuidade da vida, pela preservação dos saberes ancestrais e pela permanência em um espaço que ainda não reconhece plenamente a diversidade de suas formas de existir.

A partir da escuta e do diálogo com essas mulheres, tornou-se evidente que o acolhimento institucional precisa ir além do fornecimento de bolsas, auxílios financeiros ou estruturas administrativas. Trata-se de criar condições simbólicas, afetivas e relacionais para que mães e filhos possam coexistir na universidade, sem que essa presença seja compreendida como interrupção do fazer acadêmico. Nesse sentido, o reconhecimento da maternagem como dimensão legítima da vida universitária exige que a instituição compreenda o cuidado como valor ético, social e político, envolvendo todos os sujeitos que a compõem.

As vivências compartilhadas ao longo da pesquisa evidenciam que as políticas públicas de educação e de permanência estudantil ocupam papel central na promoção da justiça social. As ações afirmativas, os programas de assistência estudantil e as iniciativas voltadas ao apoio à maternidade são conquistas importantes, porém ainda insuficientes diante da complexidade da experiência universitária das mães-indígenas. Os achados reforçam que essas políticas precisam dialogar com as realidades

culturais e comunitárias dos povos indígenas, considerando seus tempos, suas formas de organização do cuidado e seus modos próprios de produzir conhecimento.

Articulando os resultados ao referencial teórico adotado, observa-se consonância com a perspectiva da interculturalidade crítica, que problematiza práticas institucionais homogeneizantes e convoca o reconhecimento de saberes historicamente esquecidos. Do mesmo modo, a pedagogia freiriana sustenta a compreensão da escuta como prática ética e política, capaz de reposicionar sujeitos e tensionar estruturas institucionais. As narrativas das mães-indígenas confirmam que, quando há escuta, vínculo e reconhecimento, as barreiras institucionais se tornam menos rígidas e o espaço acadêmico pode se transformar em território de pertencimento e dignidade.

Refletir sobre a maternidade indígena na universidade é também refletir sobre a forma como a instituição organiza seus tempos, espaços e relações. As mães-indígenas desafiam as lógicas que estruturam o cotidiano acadêmico ao afirmar um tempo que é o tempo da vida, da escuta e do cuidado. Esse movimento convida a universidade a repensar sua própria noção de permanência, compreendendo-a como processo relacional, dinâmico e atravessado pelas condições concretas de existência dos sujeitos.

Durante os encontros e observações, tornou-se evidente que falar em inclusão requer conhecer e reconhecer os modos de vida daqueles que se deseja incluir. As mães-indígenas levam para o espaço universitário suas histórias, línguas, crenças, afetos e formas de cuidado, transformando a universidade em um espaço potencial de coexistência entre mundos. No entanto, para que essa coexistência seja possível, é necessária um olhar institucional diferenciado e compromisso político, que ultrapassem a criação de vagas e se materializem na construção de vínculos e práticas efetivamente interculturais.

As conquistas existentes até o momento são fruto de lutas coletivas, e as mães-indígenas se constituem como importantes redes de apoio entre si. Essas mulheres constroem cotidianamente uma universidade possível, sustentada por afeto, resistência e solidariedade. Elas ensinam que a maternagem é também um ato político: cuidar de uma criança é cuidar do futuro, reafirmar a continuidade dos povos e fortalecer o pertencimento em espaços historicamente excludentes.

A proposta de criação do material didático audiovisual surgiu diretamente desse processo de escuta, reflexão e análise, como forma de sensibilizar a comunidade acadêmica e ampliar a visibilidade das vivências dessas mulheres. Mais do que um produto técnico, o vídeo representa um gesto de reconhecimento e devolutiva ética, buscando transformar a escuta em ação e a palavra em presença no espaço institucional. O produto reafirma o compromisso do mestrado profissional com a articulação entre pesquisa, intervenção e prática social.

No que se refere às limitações deste estudo, é importante compreendê-las como condições inerentes ao campo de pesquisa e à abordagem qualitativa adotada. O número reduzido de participantes permitiu aprofundamento das narrativas e construção de vínculos, ainda que não possibilite generalizações. Além disso, o recorte institucional delimita o alcance dos achados, sem comprometer sua relevância analítica e formativa.

O tempo disponível das mães para a participação nos encontros e a impossibilidade de acompanhamento longitudinal das trajetórias das participantes também se configuram como limitações. Ainda assim, os Círculos de Cultura possibilitaram a emergência de narrativas densas e significativas, coerentes com os objetivos da pesquisa e com o referencial teórico adotado.

A partir dos resultados alcançados, abrem-se importantes caminhos para pesquisas futuras. Estudos que envolvam um número maior de participantes, diferentes povos indígenas e múltiplas instituições de ensino superior podem ampliar a compreensão sobre a maternidade indígena na universidade. Pesquisas longitudinais podem contribuir para analisar os efeitos das políticas de permanência ao longo do tempo e seus impactos na saúde mental e na trajetória acadêmica dessas mulheres.

Outras investigações podem aprofundar a articulação entre maternidade indígena, infância, políticas públicas, formação de servidores e práticas institucionais interculturais. Tais estudos podem subsidiar a formulação de políticas mais sensíveis às realidades indígenas e fortalecer processos de transformação institucional.

Conclui-se que a universidade precisa se constituir como uma verdadeira rede de apoio, capaz de sustentar as diversas formas de existir e resistir que nela habitam. A presença das mães-indígenas e de seus filhos reafirma que o conhecimento só tem sentido quando está atravessado pela vida e que toda transformação institucional começa pelo gesto fundamental - e profundamente político - de escutar.

REFERÊNCIAS

- AMBROSIO, N. Maternidade ancestral: a criação de filhos indígenas. **Nexo**, 02 set. 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2024/09/02/maternidade-ancestral-a-criacao-de-filhos-indigenas>. Acesso em: 05 dez. 2024.
- AMES, V. D. B.; ALMEIDA, M. L. de. Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 56, p. 244-275, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/RyzKkWdwLxzxKf94kfb3rfC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 maio 2025.
- ANGELIN, R.; DUTRA, G. S.; ARAUJO, M. L. da S. de. Mulheres indígenas e Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS): um processo de descolonialidade frente aos atendimentos voltados a maternidade e maternagem. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, Santo Ângelo, v. 25, n. 51, p. 87-109, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/direitoejustica/article/view/1746/1069>. Acesso em: 25 nov. 2025.
- ARIOVALDO, T. C. de C. Política de moradia estudantil: experiências de moradoras nos alojamentos da Universidade Federal de Viçosa. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA (CIGU), 2016, Arequipa. **Anais** [...]. Arequipa, PE: GICSU, 2016. p. 1-13. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/172603/OK%20-%20101_00509%20-%20OK.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 15 dez. 2024.
- ATHAYDE, F. L.; BRAND, A. J. **A inserção de indígenas no ensino superior público: o que dizem esses sujeitos?** Brasília, DF: Flacso Brasil, 2009. Disponível em: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/14.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- BERGAMASCHI, M. A.; MENEZES, A. L. T. Crianças indígenas, educação, escola e interculturalidade. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 741-764, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/28027/20361>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- BERNARDO, N. Educação infantil indígena: o que a relação das crianças com o território pode nos ensinar. **Nova Escola**, 2024. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21861/educacao-infantil-indigena-relacao-territorio>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: PR, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: PR, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 maio 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009.** Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Brasília, DF: PR, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm. Acesso em: 09 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: PR, 2012a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 07 maio 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 dez. 2012b. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cursos de licenciatura elevam autoestima e fortalecem cultura das populações indígenas.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/licenciatura-indigena>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Produção técnica:** relatório de grupo de trabalho. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023.** Institui o Programa Federal de Ações Afirmativas. Brasília, DF: PR, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11785.htm#art22. Acesso em: 02 mar. 2025.

BRITO, P. O. **Indígena-mulher-mãe-universitária o estar-sendo estudante na UFRGS.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/148633/001003096.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 jun. 2025.

BRITO, P. O.; TANIKADO, G. V. F. Indígena-mulher-mãe-universitária: o estar-sendo estudante na UFRGS. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNEROS, 11.; MUNDOS DE MULHERES, 13., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônico** [...]. Florianópolis: WWC, 2017. p. 1-6. Disponível em: https://wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498856792_ARQUIVO_mulheres-indigenas.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

CABNAL, L. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: CABNAL, L. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitario. Las Segovias: ACSUR, 2010. p. 11-25. Disponível em: <https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2019/07/Cabnal-2010-Propuesta-de-Pensamiento-Epistemico-Mujeres-Indigenas.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CACHADO, R. Diário de campo: um primo diferente na família das ciências sociais. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 551-572, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/2746522645?sourcetype=Scholarly%20Journals>. Acesso em: 11 dez. 2024.

CALEGARE, M.; SALES, T. de N. Relatos da permanência de estudantes indígenas nos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas. **Psicologia Escolar e Educacional**, [s. l.], v. 27, p. 1-10, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/ZsD4r9GcLQvgLTVZVLG6ybJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jun. 2025.

CALEGARE, M.; SANTOS, J. H. P. dos. Vivências do racismo anti-indígena contra mulheres graduandas da UFAM. **Psicologia Social**, [s. l.], v. 25, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/82643/53857>. Acesso em: 12 jun. 2025.

CANIÇALI, D. UFSC desenvolve projeto inédito no país de moradia estudantil indígena. **Notícias UFSC**. Florianópolis: UFSC, 2023. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2023/11/ufsc-desenvolve-projeto-inedito-no-pais-de-moradia-estudantil-indigena/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CARVALHO, R. N. de. **Mulheres semente, ãnh kósín vy mré konín Jé**: experiências de mães indígenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/276558/001206573.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CARVALHO, R. N. de; ROSADO, R. M.; SILVA, R. A. N. da. Mulheres semente, ãnh kósín vy ãnh mré konín Jé: experiências das mães indígenas estudantes na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 220-239, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/132996/89603>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília, DF: CNS, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de>

saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/@download/file. Acesso em: 25 jun. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Resolução nº 304, de 09 de agosto de 2000**. Aprova as normas para pesquisas envolvendo seres humanos: área de povos indígenas. Brasília, DF: CNS, 2000. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/legislacao-indigenista/pesquisa/resolucao-n-304-de-09-08-2000.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.

DAL BÓ, T. L. **A presença de estudantes indígenas nas universidades**: entre ações afirmativas e composições de modos de conhecer. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-25102018-105344/publico/2018_TalitaLazarinDalBo_VCorr.pdf. Acesso em: 29 nov. 2024.

DIAS, A. C. G. *et al.* Dificuldades percebidas na transição para a universidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 19-30, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v20n1/03.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

DOEBBER, M. B. **Indígenas estudantes nas graduações da UFRGS**: movimentos de re-existência. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/169281/001049761.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 maio 2025.

FACHIN, P. Elo e sentido na maternidade indígena. **IHU**, São Leopoldo, v. 359, p. 15-17, 2011.

FERNANDES, R. M. C.; MACIEL, M. Política de assistência social no Brasil e a atenção aos povos indígenas. **Espaço Ameríndio**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 133-149, 2025. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/138486/95509>. Acesso em: 29 maio 2025.

FERREIRA, M. K. L. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA A. L. da; FERREIRA, M. K. L. (org.). **Antropologia, história e educação**: a questão indígena e a escola. 2. ed. São Paulo: Global, 2001. p. 71-111.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, J. B. de *et al.* **Políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras (2020)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2022.

GANAM, E. A. S.; PINEZI, A. K. M. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **EDUR: Educação em Revista**, [s. l.], v. 37, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LXtF95VpbYyzkJTJtkxLrsw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2025.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GLOSSÁRIO de psicologia. **O que é observação direta?** [2024]. Disponível em: <https://glossario.psicologosemteresina.com.br/glossario/o-que-e-observacao-direta/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

GUEDES, M. de C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. supl., p. 117-132, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3861/386138040006.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.

GUZMÁN, P. R. S.; SANTOS, E. dos R.; BIANCHINI, Â. R. O acesso de estudantes indígenas à Universidade Federal do Maranhão: as implicações da comissão de verificação da autodeclaração étnica. **Avaliação**, [s. l.], v. 29, p. 1-26, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/Y4Qc5QDQVv4G8FFwkd3P8Nf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2025.

HERINGE, R. **Políticas de ações afirmativas para estudantes**: promovendo a igualdade. [S. l.: s. n.], 2010. 43 slides. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/2854383/>. Acesso em: 02 nov. 2024.

KAXINAWÁ, Luciene. A maternidade é o símbolo da ancestralidade para mulheres indígenas. **Canal Terra Brasil**, 11 maio 2024, 1 vídeo (4min 21s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CNWxXsL-IXQ>. Acesso em: 27 dez. 2024.

LIMA, A. C. A. **No dia das mães, servidoras da Funai relatam os desafios de conciliar o trabalho à maternidade**. Brasília, DF: Funai, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/no-dia-das-maes-servidoras-da-funai-relatam-os-desafios-de-conciliar-o-trabalho-a-maternidade>. Acesso em: 26 dez. 2024.

LIMA, R. S. Educação e maternidade indígena: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Intercultural**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 45-67, 2022.

LIMA, A. L. de O.; KANIKADAN, A. Y. S. Estratégias de permanência no ensino superior para povos indígenas em uma universidade federal. **Revista LABOR**, Fortaleza, v. 1, n. 23, p. 276-294, jan./jun. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53193/1/2020_art_alolimaayskanikadan.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

LOPES, S. R. de A. **Evasão de alunos no ensino superior**: ações para reduzir a evasão nas IES. 2022. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de

Brasília, Brasília, 2022. Disponível em:
http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/45879/1/2022_SelmaReginadeAssisLopes.pdf
 . Acesso em: 23 maio 2025.

MANHÃES, I. W.; SOLIS, H. C. G. Formação dos técnicos administrativos e a qualidade do serviço prestado no ambiente escolar. **Humanidades & Tecnologia (FINOM)**, [s. l.], v. 24, p. 423-440, jul./set. 2020. Disponível em:
https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/5491/pdf. Acesso em: 15 jan. 2026.

MENDES, C. S. *et al.* Maloca: espaço de ação afirmativa e ação da política de assistência estudantil? **Revista do CEAM**, Brasília, DF, v. 9, n. 1, p. 44-104, 2019. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/25948/23161>. Acesso em: 04 jan. 2025.

MENEZES, A. L. T.; BERGAMASCHI, M. A. Epistemes indígenas (Guarani e Kaingang) e universidade: percursos de encontros em ações participantes e colaborativas. **Práxis Educativa**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 181-198, 2018. Disponível em:
<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/12149/209209210553>. Acesso em: 23 maio 2025.

MENEZES, A. L. T. de; WENDLAND, C. J.; MOURA, O. I. de. Aprendizagens interculturais com indígenas na educação básica: propostas biocêntricas de ensino. In: SARAIVA, E. S. *et al.* (org.). **Saúde mental e práticas sociais na educação básica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 311-331.

MENEZES, R. O. *et al.* Povos indígenas, educação superior e ações afirmativas na UFAM. **Linhas Críticas**, [s. l.], p. 1-14, jul. 2021. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36591/30331#info>. Acesso em: 01 maio 2025.

MORAN, J. M.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2024.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. [S. l.]: Vozes, 2019.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], n. 117, p. 197-217, nov. 2002. Disponível em:
<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/550/551>. Acesso em: 10 maio 2024.

MOLINA, K.; RIBEIRO, P. R. C. Lugar de indígena é onde ela quiser: um estudo com mulheres indígenas universitárias. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 32, n. 72, p. 130-147, out./dez. 2023. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v32n72/2358-0194-faeeba-32-72-0130.pdf>. Acesso em: 27 maio 2024.

OLIVEIRA, R. D. C. M. (Entre) Linhas de uma pesquisa: o diário de campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. **Revista Brasileira de**

Educação de Jovens e Adultos, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 69-87, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/1059/730>. Acesso em: 10 jan. 2025.

OLIVEN, A. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 61, n. 1, p. 29-51, jan./abr. 2007. Disponível em: http://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/pucrs_artigo_2007_ACOliven.pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

PALADINO, M. Um mapeamento das ações afirmativas voltadas aos povos indígenas no ensino superior. In: BERGAMASCHI, M. A.; NABARRO, E.; BENITES, A. (org.). **Estudantes indígenas no ensino superior uma abordagem a partir da experiência na UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. p. 99-112.

PANIKKAR, R. **Paz e interculturalidad**: una reflexión filosófica. Barcelona: Herder Editorial, 2006.

RAPPAPORT, J.; RAMOS, A. P. Una historia colaborativa: retos para el diálogo indígena académico. **Historia Crítica**, [s. l.], n. 29, p. 39-62, jan./jun. 2005.

RAMÍREZ, O. L. R. Niños y niñas indígenas en la ciudad: análisis del estado del arte de las investigaciones realizadas en colombia entre 2005 y 2017. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 1, p. 214-229, jan./abr. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330095272_Ninos_y_ninas_indigenas_en_la_ciudad_analisis_del_estado_del_arte_de_las_investigaciones. <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42048/29841>. Acesso em: 27 set. 2025.

ROSA, J. L. de M. **Proposta de alojamento estudantil para o campus de Laranjeiras**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2014.

RUANO-IBARRA, E. del S.; GAMA, V. M. de. Mulheres indígenas, ensino superior e colonialidade de gênero. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 50, p. 273-299, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42048/29841>. Acesso em: 27 nov. 2024

SALAZAR, C. M. S. *et al.* Mujeres indígenas: experiencias y sentidos en torno a la universidad. **Diálogos sobre Educación**, Jalisco, v. 13, n. 25, p. 1-17, jul./dez. 2022. Disponível em: <http://dialogossobreeducacion.cucsh.udg.mx/index.php/DSE/article/view/1134/1013>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SILVA, M. Mulheres mães indígenas e a luta por uma política de permanência materna na UFOPA, em Santarém no Oeste do Pará. **Tapajós de Fato**, 2024. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/1361/mulheres-maes-indigenas-e-a-luta-por-uma-politica-de-permanencia-materna-na-ufopa-em-santarem-no-oeste-do-para>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SIMÕES, R. Participação indígena no ensino superior aumenta mais de 500% em seis anos; mulheres são a maioria. **Quero bolsa**, 19 abr. 2018. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/participacao-indigena-no-ensino-superior-aumenta-mais-de-500-em-seis-anos-mulheres-sao-a-maioria>. Acesso em: 02 mar. 2025.

SOUZA, F. R. S. **Projeto para estágio pós-doutoral**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2024. Não publicado.

TUCKUMANTEL, H. L.; NUNES, R. da S. Políticas públicas de assistência estudantil e financiamento do restaurante universitário: uma avaliação da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 22, n. 10, p. 1-28, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto de moradia estudantil indígena da UFSC é inédito no país**. Florianópolis: UFSC, 2023. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2023/11/13/ufsc-desenvolve-projeto-inedito-no-pais-de-moradia-estudantil-indigena/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **UFSC inaugura alojamento estudantil indígena com quartos, salas de estudo, cozinha e banheiros**. Florianópolis: UFSC, 2024a. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2024/03/ufsc-inaugura-alojamento-estudantil-indigena-com-quartos-salas-de-estudo-cozinha-e-banheiros/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. PRÓ-REITORIA DE PERMANÊNCIA E ASSUNTOS ESTUDANTIS. **Setor de psicologia educacional**. Florianópolis: UFSC, 2024b. Disponível em: <https://prae.ufsc.br/psicologia/>. Acesso em: 27 nov. 2024

VASQUES, M. P.; PONTES, T. M.; FERNANDES, A. C. Ser mulher indígena e mãe na universidade: desafios e perspectivas de uma estudante de agronomia. **Revista Cadernos de Campo**, Araraquara, v. 23, n. esp. 2, p. 1-29, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/download/16903/18210/77317>. Acesso em: 21 jun. 2025.

VITORINO, J. A. **Círculo de cultura e o círculo de educação ambiental na escola**. 2019. Folheto, 16 f. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/7222>. Acesso em: 21 nov. 2024.

WALSH, C. **Interculturalidad, colonialidad y educación**. 2. ed. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009.

WEBER, F. L'entretien, la recherche et l'intime: pourquoi censurer le journal de terrain? **Le Journal de Terrain en Anthropologie: Perspectives Critiques**, Paris, 2001.

ANEXOS

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP (UNISC)

UNISC - UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES-MÃES-INDÍGENAS NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Pesquisador: JULIA REGINA ARANTES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 88879725.1.0000.5343

Instituição Proponente: Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.623.995

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa denominado VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES-MÃES-INDÍGENAS NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Mestrado, na Linha de Pesquisa Práticas Clínicas Contemporâneas, Políticas Públicas e Saúde Mental, da Universidade de Santa Cruz do Sul e UNISC. Orientadora: Professora Dra. Letícia Lorenzoni Lasta. Coorientadora: Professora Dra. Ana Luísa Teixeira de Menezes. O projeto pretende compreender o processo de implementação das políticas de ações afirmativas na universidade federal considerando os modos de vida e vivências de estudantes-mães-indígenas na universidade.

As informações foram retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2561146. pdf 20/05/5025)

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender o processo de implementação das políticas de ações afirmativas na universidade federal considerando os modos de vida e vivências de estudantes-mães-indígenas na universidade.

Objetivo Secundário: 1. Compreender os fatores que impactam na (im)permanência de

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitário **CEP:** 96.815-900

UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br

Continuação do Parecer: 7.623.995

estudantes- mães-indígenas na universidade. 2. Verificar por meio das vivências de estudantes-mães-indígenas as políticas institucionais que subsidiam o acesso e permanência no ensino superior. 3. Investigar como a rede de apoio existente pode potencializar o acolhimento de estudantes-mães-indígenas no contexto universitário.

As informações foram retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO _PROJETO _2561146. pdf 20/05/5025)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios estão presentes, redigidos de forma clara e são:

Riscos: Embora o estudo seja de natureza não invasiva, podem existir riscos mínimos relacionados a possíveis desconfortos emocionais ou à exposição de aspectos pessoais, já que serão abordados temas sensíveis como os desafios acadêmicos, culturais e familiares enfrentados pelas estudantes mães-indígenas. Para minimizar esses riscos, será oferecido encaminhamento ao atendimento psicológico da universidade, caso necessário. Além disso, a privacidade, o anonimato das participantes e o direito a desistir do estudo serão garantidos em todas as etapas da pesquisa.

Benefícios: A pesquisa pretende contribuir para o avanço do conhecimento intercultural, beneficiando tanto as mães indígenas quanto as instituições de ensino superior. O estudo poderá oferecer subsídios para políticas mais sensíveis à permanência de estudantes-mães-indígenas, além de promover impactos intergeracionais, uma vez que o acesso à educação superior pode influenciar positivamente as futuras gerações na valorização da educação e da cultura indígena.

As informações foram retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO _PROJETO _2561146. pdf 20/05/5025)

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os dados serão coletados por meio de três instrumentos principais: (1) diário de campo, construído pela pesquisadora durante o processo investigativo; (2) observação direta, realizada nos espaços de convivência e estudo das participantes; e (3) Círculo de Cultura, fundamentado na pedagogia freiriana, em três encontros com duração média de até duas horas cada, em espaços disponibilizados pela universidade, em dia e horário previamente acordado com as participantes. Esses encontros terão caráter dialógico e de escuta ativa, promovendo a troca de saberes, o fortalecimento de redes de apoio e a construção de um ambiente acadêmico

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitário CEP: 96.815-900

UF: RS Município: SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br

UNISC - UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL



Continuação do Parecer: 7.623.995

mais inclusivo e respeitoso às especificidades culturais. Por meio da análise qualitativa dos dados levantados, espera-se não apenas identificar os principais obstáculos e barreiras vivenciados por essas mulheres no contexto universitário, mas também destacar os elementos de resiliência e suporte que contribuem para sua permanência na universidade. Dessa forma, a análise dos dados fornecerá subsídios essenciais para a formulação de recomendações que visem a criação de políticas e práticas institucionais mais inclusivas e sensíveis às necessidades dessas mães, contribuindo para um ambiente universitário mais equitativo e acolhedor. Desse modo, por meio desta pesquisa pretende-se contribuir para o avanço do conhecimento intercultural e acredita-se que trará benefícios tanto para as estudantes-mulheres-mães indígenas quanto para a instituição de ensino superior.

As informações foram retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2561146. pdf 20/05/5025)

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos de apresentação obrigatória estão presentes, estão corretos, claros e seguem os modelos fornecidos pelo CEP-UNISC.

Recomendações:

Os documentos de apresentação obrigatória estão presentes, se estão corretos, claros e se seguem os modelos fornecidos pelo CEP-UNISC.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto APROVADO e em condições de ser executado conforme documentos anexados à Plataforma Brasil e validados pelo CEP-UNISC.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo de pesquisa aprovado.

Recorda-se ao pesquisador responsável a necessidade de enviar ao CEP-UNISC os relatórios parciais e o relatório final deste protocolo de pesquisa, conforme documentação e orientações constantes no link desse Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306
 Bairro: Universitario CEP: 96.815-900
 UF: RS Município: SANTA CRUZ DO SUL
 Telefone: (51)3717-7680 E-mail: cep@unisc.br

UNISC - UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL



Continuação do Parecer: 7.623.995

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2561146.pdf	20/05/2025 11:28:55		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	20/05/2025 11:27:20	JULIA REGINA ARANTES	Aceito
Outros	Cartainstituicaoparceira.pdf	16/05/2025 16:49:24	JULIA REGINA ARANTES	Aceito
Outros	cartaapresentacaodoprojeto.pdf	16/05/2025 16:45:09	JULIA REGINA ARANTES	Aceito
Outros	Termodeconfidencialidadeparausodedad os.pdf	16/05/2025 16:43:46	JULIA REGINA ARANTES	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	16/05/2025 16:35:48	JULIA REGINA ARANTES	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	16/05/2025 16:34:55	JULIA REGINA ARANTES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	16/05/2025 16:34:28	JULIA REGINA ARANTES	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	16/05/2025 16:34:08	JULIA REGINA ARANTES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA CRUZ DO SUL, 06 de Junho de 2025

Assinado por:
Renato Nunes
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306
Bairro: Universitario CEP: 96.815-900
UF: RS Município: SANTA CRUZ DO SUL
Telefone: (51)3717-7880 E-mail: cep@unisc.br

ANEXO B – Atestado de horas de Intervenção



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

À Universidade de Santa Cruz do Sul

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), inscrita no CNPJ nº 83.899.526/0001-82, manifestou anuência à realização da pesquisa intitulada **“Vivências de estudantes-mães indígenas no contexto universitário: os desafios e as possibilidades da implementação das políticas de ações afirmativas”**, bem como autorizou seu desenvolvimento nas dependências da UFSC.

A pesquisa foi desenvolvida pela mestrandia Julia Regina Arantes, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado Profissional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), sob orientação Profª Drª Ana Luisa Teixeira de Menezes e coorientação da Profª Drª Leticia Lorenzoni Lasta.

O atestado referente à carga horária e às atividades desenvolvidas no âmbito da pesquisa deverá ser emitido pela orientadora e pela coorientadora, responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2025.



Documento assinado digitalmente
Werner Kraus Junior
Data: 05/01/2025 12:43:36-0900
CPF: ***.065.239-11
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Werner Kraus Junior
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
Designado pela Portaria nº 2278/2025/GR
Delegação pela Portaria nº 1080/2017/GR

ATESTADO

Atestamos, para os devidos fins, que a mestranda Julia Regina Arantes realizou sua pesquisa de intervenção junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo todo o processo acompanhado por sua orientadora: Dra. Ana Luisa Teixeira de Menezes, Professora Orientadora da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), e Dra. Leticia Lorenzoni Lasta, Professora Coorientadora da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), perfazendo um total de 135 horas. Nesta carga horária estão inclusas atividades:

- Realização de três Círculos de Cultura presenciais com as mães-indígenas da UFSC, na qualidade de participantes da pesquisa; organização logística dos encontros; elaboração e condução dos roteiros de diálogo; registro dos relatos e sistematização das discussões emergentes; e, acolhimento das mães-indígenas.

- Contato institucional com setores responsáveis por dados e políticas relacionadas aos estudantes indígenas; envio de e-mails; solicitação de informações para composição da análise; e, articulação com setores para a realização dos Círculos de Cultura.

- Gravação da entrevista com uma das mães-indígenas para a composição do produto técnico

Florianópolis, 17 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 ANA LUISA TEIXEIRA DE MENEZES
Data: 18/12/2025 14:58:34-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dra. Ana Luisa Teixeira de Menezes

Documento assinado digitalmente
 LETICIA LORENZONI LASTA
Data: 22/12/2025 08:22:29-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dra. Leticia Lorenzoni Lasta